

sin Informação

CARREIRA ATRATIVA

ISTO NÃO VAI
COM AURA

VAI COM
LUTA!



EM DEFESA DA FLOTILHA, DOS VALORES CONSTITUCIONAIS E DE GAZA



ilustração: cartaz da greve (CGIL)

“A agressão contra navios civis que transportavam cidadãos e cidadãs italianos representa um facto de extrema gravidade. Um golpe infligido à própria ordem constitucional, que impede uma ação humanitária e de solidariedade para com a população palestina submetida pelo governo israelita a uma verdadeira operação de genocídio. Um ataque direto à integridade e segurança dos trabalhadores e trabalhadoras, voluntários e voluntárias a bordo. Não se trata apenas de um crime contra pessoas indefesas, mas é grave que o governo italiano tenha abandonado trabalhadores e trabalhadoras italianos em águas internacionais, violando os nossos princípios constitucionais”.

Foi com estas palavras que a Confederazione Generale Italiana del Lavoro (CGIL) anunciou uma greve geral nacional de todos os setores públicos e privados para o dia 3 de outubro. Na área da Educação, a Federazione Laboratori della Conoscenza (FLC-CGIL) saudou o que considerou uma “participação extraordinária” nesta greve de docentes e investigadores, com “muitas universidades, centros de investigação e instituições de ensino superior artístico e musical fechados, assim como uma parte importante das escolas públicas e privadas e dos centros de formação profissional”. Considerando esta uma “forte manifestação de solidariedade para com um povo em sofrimento atroz”, a FLC-CGIL valorizou o facto de também os estudantes e as famílias terem aderido maciçamente às manifestações que estão a decorrer em toda a Itália, sublinhando o importante contributo da educação para o desenvolvimento de uma verdadeira cultura de justiça, direito e paz.

A greve contou com a solidariedade da Internacional da Educação e do Comité Sindical Europeu da Educação. Numa mensagem enviada à FLC-CGIL, também a Fenprof manifestou apoio aos trabalhadores da educação em greve:

“Lutamos ao vosso lado, em defesa do direito internacional, dos direitos humanos e do direito do povo palestino a um estado independente e uma paz duradoura”.

MM

Ficha técnica

Diretora: Manuela Mendonça (MM) **Diretores-adjuntos:** Francisco Gonçalves (FG) e José Manuel Costa (JMC) **Editor:** Rogério Ribeiro (RR)

Conselho de Redação: Marta Cruz (MC), Paulo Campos (PC), Ricardo Cardoso (RC), Sónia Duarte (SD), Susana Nogueira (SN)

Colaboraram nesta edição: Ana Paula Tomé (APT), Cláudio Moreira (CM), Helder Maia (HM), Jorge Caetano (JC), Manuela Silva (MS), Marta Gisela Martins (MgM)

Fotografia: Henrique Borges (HB), incluindo a capa

Paginação: Miguel Ângelo

Impressão: Sersilito-Empresa Gráfica, Lda

Propriedade: Sindicato dos Professores do Norte (SPN)

Redação e Administração: Rua D. Manuel II, 51/C - 3.º - 4050-345 Porto

Tel.: 226 070 500

E-mail: spninfo@spn.pt

Site: www.spn.pt

Tiragem média: 1000 exemplares

Registo no ICS: 109963

Depósito legal: 238855/06

Distribuição gratuita aos sócios do SPN

O TEMPO NÃO ESTÁ PARA BRINCADEIRAS!

A Fenprof vai realizar, nos meses de outubro e novembro, dezenas de plenários de educadores e professores, de norte a sul do país, procurando chegar ao maior número possível de escolas e docentes. O perigo que existe em momentos como o que vivemos, em que os professores recuperam, e bem (ainda que aquém do justo), tempo de serviço (fruto da luta e não de benesses de ninguém), é o adormecimento. Pela calada, e em várias frentes, o governo vai preparando um caminho de pedras. Este número da revista «*spn/Informação*» sinaliza esse pedregoso caminho — o pacote laboral, a reforma do Estado, a revisão do ECD e o perigo da degradação da Escola Pública —, que serão matérias a tratar nos plenários de professores. Como tudo o que os professores conseguiram foi pela luta, há que prepará-la. O tempo não está para brincadeiras!

Pacote laboral — “Trabalho XXI” é o nome dado ao dito. Nome moderno para coisa antiga, de há dois séculos, a caminho do despedimento à americana e do fim do direito à greve na Administração Pública. Não há uma única alteração que melhore os direitos dos trabalhadores, quer se trate dos vínculos precários, da contratação coletiva, dos horários de trabalho, das retribuições ou da liberdade sindical

Reforma do Estado — No dia 28 de agosto, foi publicado o Decreto-Lei n.º 99/2025, que define a orgânica da Agência para a Gestão do Sistema Educativo (AGSE), a substituta das extintas DGAE e DGEstE e do, também extinto, IGeFE. O artigo 3.º do anexo estabelece a missão e as atribuições deste instituto público. Elas são tantas [*a* a *y*] que, das vinte e seis letrinhas do alfabeto, só ficou o *z*) por usar. Gestão da rede escolar, dos recursos humanos, dos concursos e da avaliação do desempenho docente passa para as mãos desta entidade de administração indireta do Estado, que assume competências que a Constituição da República Portuguesa atribui exclusivamente ao governo. É o desmantelamento do MECI.

Orçamento do Estado / 2026 — Apesar de no momento em que se escrevem estas letras não se conhecer a proposta de OE/2026, e de se adivinhar um animado triângulo amoroso, entre governo, PS e Chega até à aprovação na Assembleia da República, algo já sabemos sobre a política salarial. Os aumentos vão de, imagine-se, 56,58€ ou 2,15% para 60,52€ ou 2,30%... em 2027, 2028 e (a novidade) 2029. É a terra da abundância, ou não tivéssemos nós rendas moderadas de 2300€...

Revisão do ECD — Uma revisão exigente e prolongada, nunca concluída antes de 2027, afirmou a secretária de Estado da Administração Pública, tal é a complexidade da coisa. Não deixa de ser curioso que o pacote laboral pode ser revisto em dois meses, mas o ECD nunca em menos de dois anos. Não é assim que se valoriza a carreira e a profissão docente. Isto, a Fenprof não aceita!

Degradação das respostas da Escola Pública — Faltam professores, particularmente no 1.º CEB. O que faz o MECI? Vai buscar os professores dos apoios, vai buscar os professores da educação especial, contrata técnicos especializados. E os meninos do 1.º CEB sem professor atribuído? E os meninos que necessitam dos apoios pedagógicos? E a componente letiva dos meninos com necessidades específicas? O que importa é que os meninos estejam ocupados!

Lutar ou deixar acontecer?!

A recuperação do tempo de serviço e as progressões que vamos ter até 2027 não nos podem entorpecer. Estão em causa o direito à greve, a privatização da Educação, a estagnação remuneratória, a integração na tabela remuneratória única e a conseqüente estagnação na carreira, uma Escola Pública assistencialista. Por isso, a adesão dos educadores e dos professores à greve da Administração Pública (24/out), a participação na marcha nacional contra o pacote laboral (8/nov) e o acompanhamento do processo de revisão do ECD são fundamentais.



Francisco Gonçalves
Coordenação do SPN



2022
JORNADAS SINDICAIS
SINDICATO DOS PROFESSORES E A ESCOLA

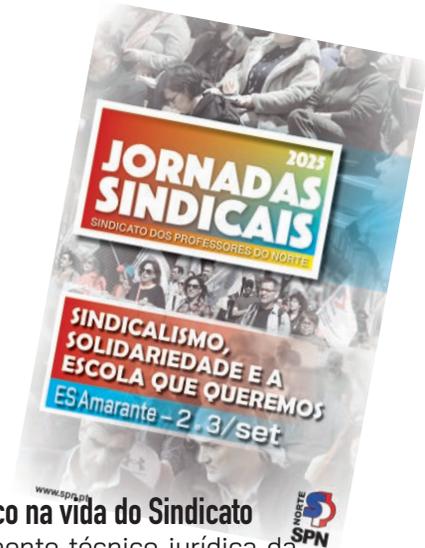
SINDICALISMO, SOLIDARIEDADE E A ESCOLA QUE QUEREMOS
ES/América - 23/5/22

Profissão com futuro. Escola Pública de qualidade.

VINICIA SÁ

grande-angular
fotos: HB

JORNADAS SINDICAIS / 2025



Delegado sindical, o rosto do Sindicato na escola

Maria Cerqueira Silva, Gabriela Alves, Teresa Mourão, Cláudia Brito e Henrique Fernandes têm em comum o facto de serem (ou terem sido) delegados sindicais. Dinamizaram a 1.ª sessão sobre organização sindical, na qual, à sua maneira, expressaram inseguranças, angústias e receios, mas também as certezas, alegrias e incentivos, sentidos e partilhados no desempenho das funções de delegado sindical.

Por vezes, sente-se “pouca recetividade dos colegas, chegando a chamar utópicas as propostas sindicais”, referiu Maria Cerqueira, que constata, hoje, a existência de “grandes dificuldades na mobilização dos docentes”, porque “estão encantados com a recuperação do tempo de serviço”. Opinião idêntica tem Gabriela Alves, para quem os docentes “estão em modo *stand by*, expectantes e sem grande atividade reivindicativa”. Guarda boas recordações de processos e de lutas encetadas em momentos de grande mobilização, “com verdadeiros comícios e debates na sala de professores, nas reuniões de departamento, nos conselhos de turma, com registos nas próprias atas”, mas recorda, também, a existência de “momentos de muito silêncio, de participações unipessoais nas manifestações, com alguma discórdia em relação às decisões tomadas pelas plataformas sindicais”.

Teresa Mourão considera que ser delegado sindical “acarreta várias dificuldades e desafios”, de ordem pessoal, relacional e profissional. Ser delegado sindical “é uma missão de grande relevância para a defesa dos direitos dos professores, que exige resiliência, capacidade de diálogo, conhecimentos técnicos e forte sentido de compromisso”. Já Cláudia Brito entende que um delegado sindical é um exemplo de “ativismo, entrega e profissionalismo”. “Muitos anos como delegada” dizem-lhe que a prática sindical “é uma constante busca pela melhoria da intervenção”, pelo que deverá ser “sempre atual, aberta, realista”. É persistente, claro!

Assumidamente “neófito nestas andanças”, Henrique Fernandes declarou estar “aqui para aprender”. A sua experiência diz-lhe que nas escolas há uns que acham que “as batalhas que havia para travar, já as travei”; outros que “não parecem estar muito motivados para o associativismo sindical”, apostados, apenas, em resolver “o MEU problema”. E porque não consegue conceber a vida na escola “sem a luta sindical”, afirma-se “disposto a abraçar o papel do Delegado Sindical”, que considera “crucial” e promete que “vou tentar estar à altura do desafio”. Estará, seguramente!

A importância do gabinete jurídico na vida do Sindicato

A 2.ª sessão versou a componente técnico-jurídica da ação sindical, tendo como base as questões colocadas mais frequentemente pelos associados. Foi animada por Filipa Pintalhão e Ana Paula Couto, advogadas do gabinete jurídico do Sindicato. Após uma primeira abordagem, mais geral, seguiu-se a discussão, em pequenos grupos (4), cujas conclusões foram partilhadas por Susana Nogueira, Isabel Cruz, João Paulo Dupont e João Jorge e que, curiosamente, não diferem muito umas das outras.

Uma das principais conclusões foi a constatação de que muitos desconheciam a existência ou o funcionamento do “serviço de pré-contencioso ou não conhecia o núcleo de elementos que o constitui”. Foi colocada, naturalmente, ênfase na explicitação e utilidade deste serviço, “atendendo à enorme quantidade e diversidade de matérias, para as quais é solicitado apoio”, no sentido de se realizar uma “triagem”, evitando que todos os “casos cheguem ao contencioso”, até porque “a grande maioria das questões apresentadas não necessita de ir para o gabinete jurídico”. Considerou-se, também, que “o recurso aos tribunais deve ser o último recurso, pois os processos são morosos, dispendiosos e não há garantia de que sejam ganhos”.

Relativamente às matérias mais abordadas, foram identificados os horários (atribuição, abusos e ‘interpretações criativas’ das diferentes componentes do horário), avaliação de desempenho, recuperação do tempo de serviço, concursos, processos disciplinares, entre outras.

Recomendações, também houve. Por exemplo, reforçar e agilizar o serviço de pré-contencioso, sempre que possível, permitir o acesso dos dirigentes e delegados sindicais às “reuniões do contencioso, existência de uma espécie de manual/síntese de procedimentos para conhecimento dos delegados e divulgação, salvaguardados a discricção e o anonimato, dos resultados de casos concluídos. Aquando de uma primeira abordagem, deve-se “atender e prestar informações aos docentes não-sócios”, mas garantir que a “continuação do acompanhamento ficará dependente da sindicalização”. Uma proposta que foi apresentada, mas não reuniu consenso, foi a criação de uma “linha direta”. Dado o receio da existência de um excesso de matérias e questões para tratamento pelos elementos do serviço, “tornando-o inoperacional”, pareceu mais ajuizado que, “em primeiro lugar, se encaminhem os assuntos para os funcionários e dirigentes das delegações”. Além disso, foi lembrado que existe um email do contencioso, disponível no sítio do SPN (www.spn.pt)



foto: HB

PACOTE LABORAL E REFORMA DO ESTADO

Francisco Gonçalves começou por referir a intenção do governo em aprovar um conjunto de alterações à legislação laboral, que vão desde o direito à greve aos direitos sindicais, da facilitação dos despedimentos à redução dos direitos da maternidade. No caso da Educação, reforçou a ideia do governo de impedir o direito à greve, através do alargamento do âmbito dos serviços mínimos ao conceito de “serviços que garantam o cuidado a crianças”, o que vai muito além do conceito de “necessidades sociais impreteríveis”, atualmente circunscrito aos exames e reuniões de avaliação. Esta alteração conceptual anulará o efeito prático da greve, priva os docentes do seu principal instrumento de luta e impede a greve no serviço público de educação. A Fenprof, naturalmente, promete lutar com todas as suas forças contra tal pretensão.

A escolha do governo para o início do processo de dismantelamento das funções sociais do Estado recaiu sobre o Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI). Outros virão, nomeadamente os ministérios que não correspondam às chamadas funções de soberania. O MECI já extinguiu os seus principais serviços e criou a Agência para a Gestão do Sistema Educativo (AGSE), um instituto de administração indireta do Estado, que passa a gerir, em conjunto com as CCDR, as funções dos organismos extintos. As competências atribuídas à agência levantam um conjunto de dúvidas sobre eventuais violações de cariz constitucional, a explorar pelos Sindicatos que saberão “encontrar formas de luta ajustadas”, para fazer frente a mais esta ofensiva.

DUAS ESCOLAS E UMA REVISÃO DO ECD

José Feliciano Costa começou por identificar duas perspetivas de encarar a Escola. Uma assenta na ideia de que a Educação é um projeto público ao serviço do bem-comum da humanidade e, por isso, desempenha um papel fundamental no reforço da democracia e do respeito pela vida, pela dignidade humana e pela diversidade cultural. Outra, neoliberal, encara a escola numa perspetiva utilitarista, que forma os jovens para as empresas e para o mercado de trabalho, uma escola supostamente apolítica e submissa.

Em Portugal, o caminho no sentido da implementação da escola neoliberal iniciou-se com Maria de Lurdes Rodrigues, desenvolveu-se com o *cratismo* e o *costismo* e, agora, com a direita, “tem todas as condições políticas para avançar”. Uma das estratégias utilizadas foi o desinvestimento na educação, que permitiu, facilmente, a fragilização e a desvalorização da Escola Pública. E exemplos não faltam, como o a contratualização com o setor privado e com as autarquias da abertura de salas de educação pré-escolar, numa clara opção de desinvestir neste setor no que ao público diz respeito.

O governo tem o rumo definido: “reconfigurar todo o sistema educativo na lógica neoliberal”. Compete, pois, aos Sindicatos denunciar e desmontar as pretensões governamentais e afirmar junto dos educadores e dos professores que só a vigilância e a luta conseguirão fazê-lo. Uma luta tremenda, a que se junta o processo de revisão do estatuto da carreira docente. Uma luta que, como ficou provado com a recuperação do tempo de serviço, vale sempre a pena encetar.

NÃO SE CURAM FRATURAS EXPOSTAS COM PENSOS RÁPIDOS

O Sindicato dos Professores do Norte (SPN) assinalou o início do ano letivo junto da Escola Básica e Secundária Rodrigues de Freitas, no Porto (15/set), denunciando o problema mais grave do sistema educativo — a falta de professores. Esta foi uma iniciativa conjunta com a União de Sindicatos do Porto que serviu, também, para sensibilizar os professores para a jornada de luta contra o pacote laboral (20/set) e a manifestação do Dia Mundial do Professor (4/out), em Lisboa.



Este ano, o problema da falta de professores “está pior”, ao qual se juntam “todos os outros problemas existentes relacionados com os horários e as condições de trabalho”. Palavras de José Manuel Costa, coordenador do SPN, para quem “não é carregando os professores com horas extraordinárias, não é convidando ao adiamento da aposentação ou até quem já se encontre aposentado a voltar ao sistema que se resolve este problema estrutural”. Porque medidas avulsas pouco adiantam, a resolução do problema “passa por fazer mais e, sobretudo, fazer diferente”, pois, “não se tratam fraturas expostas com pensos rápidos”. A solução passa pela valorização da profissão. E já!

Feitas as contas, nesse dia, o SPN calculava a existência de 93 mil alunos sem todos os professores, não percebendo, por isso, o argumento do ministro da Educação de que “não há falta de professores”. Aliás, uma semana volvida, Fernando Alexandre já admitia que, afinal, 78% das escolas não tinham os professores todos colocados. Para o Sindicato, o fundamental é desenvolver uma política de atração que proporcione o regresso dos cerca de 15 mil que abandonaram a docência e que incentive os mais jovens a optarem pela profissão.

Nuvens negras no horizonte

Dias antes (12/set), a Fenprof promovera uma conferência de imprensa onde afirmava que o ano letivo iniciava “com muitas nuvens negras no horizonte” e identificava a falta de professores, as alterações à legislação la-

boral, o desmantelamento do Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI), o adiamento da revisão do Estatuto da Carreira Docente ou os problemas que se perpetuam no ensino particular e cooperativo, como alguns dos mais graves. Do levantamento realizado pela Fenprof junto das escolas, abrangendo uma amostra de 231 unidades orgânicas (28,5% da rede), foram apresentadas as principais conclusões, que, basicamente, referem que em 64,8% dos agrupamentos/escolas não agrupadas há falta de recursos humanos e 48,8% assinalam um agravamento da situação em relação ao ano passado.

Nas respostas abertas são referidos vários problemas, como a idade avançada do corpo docente; incumprimento dos rácios de pessoal não docente, com destaque para a falta de acompanhamento de alunos com necessidades educativas; dificuldade de contratação de docentes; critérios de atribuição de créditos letivos pouco claros, falta de equipamento e más condições físicas do edificado; falta de técnicos específicos (mediadores sociais, mediadores linguísticos, psicólogos, terapeutas da fala,...), equipamentos informáticos obsoletos e falhas na rede de Internet; excesso de burocracia; escolas sobrelotadas e turmas com mais alunos que o legalmente previsto. Ou seja, a manutenção dos problemas verificados nos últimos anos letivos, relativamente aos horários e condições de trabalho.

RR

CAMILO. O PORTO. UM AMOR DE PERDIÇÃO

Projeto da Escola Artística Soares dos Reis

Em parceria com as Bibliotecas Municipais do Porto e a Biblioteca da Escola Artística Soares dos Reis (EASR), no contexto da celebração do bicentenário do nascimento de Camilo Castelo Branco (1825-1890), foi desenvolvido um projeto continuado de mediação da leitura, abordando a vida e a obra do escritor e a sua relação com a cidade.

O projeto teve a dinamização da professora Dália Dias, de Maria João Sampaio, das Bibliotecas Municipais do Porto, da professora aposentada Idalina Fitas, da professora bibliotecária da EASR e dos professores da turma 11.º C1, do curso de Design de Produto, com a supervisão de Ana Maria Guimarães (diretora de turma). A turma desenvolveu o trabalho em torno do tema *Camilo. O Porto. Um Amor de Perdição*. Foi um projeto especial, neste ano em que se celebra o bicentenário do escritor, ao qual, desde a primeira hora, a turma aderiu com dedicação, empenho, autonomia e muita criatividade. O produto final superou as expectativas, materializando-se na qualidade e na diversificação pedagógica conseguida.

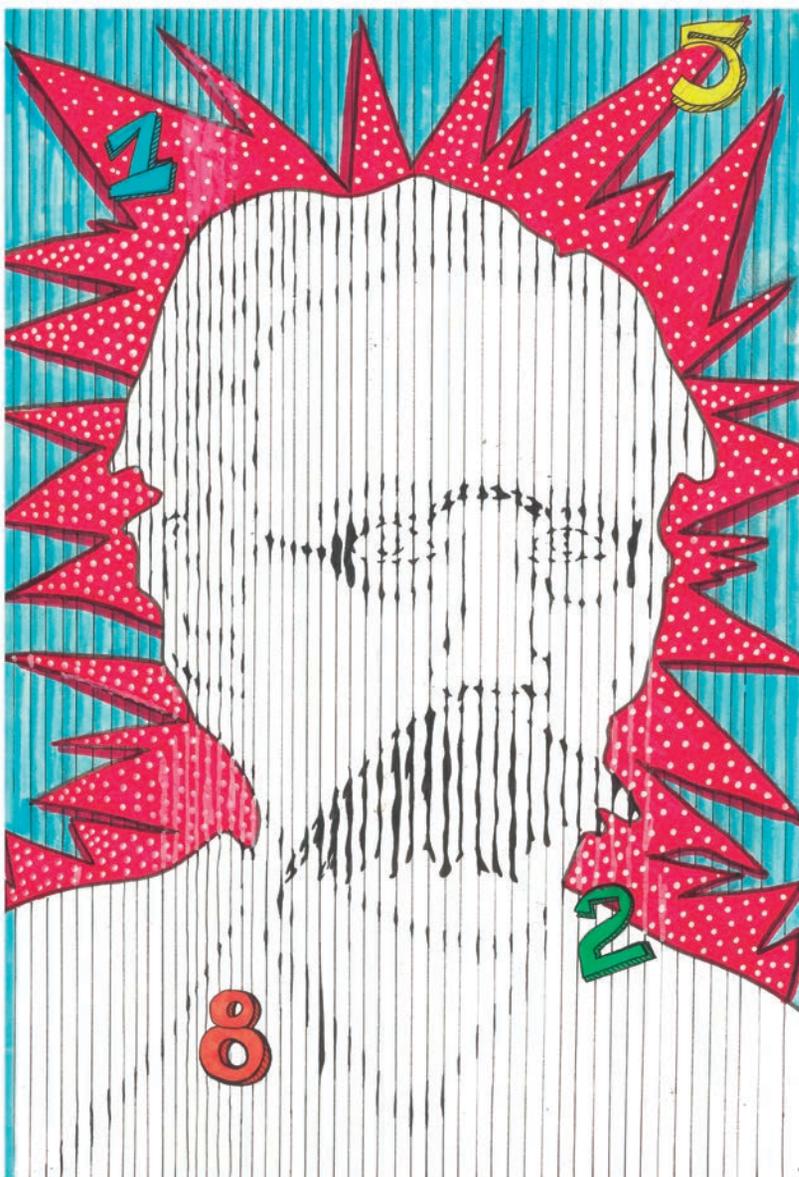
A contextualização e o enquadramento da vida e da obra de Camilo, feito por Dália Dias, foi crucial para que as alunas aderissem completa e ativamente ao projeto. O roteiro foi um momento fulcral deste projeto. As alunas pesquisaram e exploraram as rotas de Camilo que serviram de inspiração para alguns dos livros do autor: lugares, paisagens e património edificado ou imaterial. Exploraram o edifício da ex-cadeia da Relação do Porto, onde Camilo e Simão estiveram encarcerados; conheceram a história do Largo Amor de Perdição, na cidade do Porto; descobriram a estátua Amores de Camilo. Através do recurso a pedagogias criativas, sugeriu-se uma correlação entre o romance «Amor de Perdição» e as aprendizagens essenciais de diferentes disciplinas e áreas disciplinares, contribuindo para a interdisciplinaridade, promoção de conhecimentos, capacidades e atitudes dos alunos.

Os materiais pedagógicos utilizados refletem estratégias que foram trabalhadas pela turma, tendo prevalecido uma lógica interdisciplinar que, tendo como referência a obra camiliana, se transformou num locatário fértil para o conhecimento, o estímulo do espírito crítico e da criatividade. Embora se tivesse verificado a intervenção de várias áreas disciplinares, foi, naturalmente, na disciplina de Português que a sistematização do projeto adquiriu consistência.

O projeto implicou um estudo mais aprofundado da obra de Camilo, materializado na consulta de fontes diversas, na realização de visitas de estudo, tendo sido apresentado por escrito e oralmente. As alunas, no processo de trabalho desenvolvido, mobilizaram competências relativas a atividades, tais como a caricatura, retrato, desenho biográfico, ilustração e produção de sinopses para vídeo, projetando o itinerário camiliano. Deste modo, a vida e obra de Camilo Castelo Branco foram amplamente visíveis na comunidade escolar, possibilitando uma vivência real e afetiva dos duzentos anos do nascimento do escritor romântico.

JC

(a partir do relatório elaborado por Ana Guimarães)



CAMILO TERIA GOSTADO!

A «spn/informação» esteve à conversa com Inês Rato e Sofia Mota, alunas que estiveram envolvidas no projeto Camilo. O Porto. Um Amor de Perdição, que surgiu no âmbito de uma parceria entre as bibliotecas do Porto e a Escola Artística Soares dos Reis (EASR). E ouviu, também, a professora Ana Maria Guimarães.

O bicentenário do nascimento de Camilo Castelo Branco foi pretexto para o desenvolvimento de “um projeto continuado de mediação da leitura, abordando a vida e a obra deste grande escritor e a sua relação com a cidade”, adianta Ana Maria Guimarães. E porque “a leitura da novela «Amor de Perdição» faz parte do programa da disciplina de Português, “fiz todo o sentido que fosse envolvida uma turma de 11.º ano a desenvolver o projeto”. E a escolha recaiu sobre a turma C1, do Curso de Design de Produto. Sofia Rato acrescenta que o facto de Camilo ser “uma figura central da literatura portuguesa” e, embora “não tenha nascido na cidade”, mas “vivido e deixado marcas no Porto”, também pesou na decisão. “Por isso”, completa Inês Rato, “achámos que podia integrar o tema de Cidadania e Desenvolvimento, que era “A Cidade”.

Face à existência de um “horário letivo exigentíssimo, como é o da nossa escola”, Ana Maria Guimarães considera que a maior dificuldade encontrada para a sua concretização foi a falta de tempo”, ultrapassada por “alunas que revelaram uma capacidade de organização extraordinária”. E não poupa nos elogios: “autonomia, entusiasmo e, claro, criatividade, ou não fossem alunas da Soares”. Para Inês Rato, “a maior dificuldade foi decidir, em grupo, qual seria a forma como íamos desenvolver o projeto”, pois, esclarece Sofia Mota, “nós queríamos, ao mesmo tempo, que o projeto tivesse impacto na sala de aula e fora da sala de aula, envolvendo a escola e a sociedade”. “Optámos”, diz Inês Rato, “por realizar entrevistas, perguntar às pessoas o que significa, hoje, ‘um Amor de Perdição’, e curiosamente “constatámos que o «Amor de Perdição», descrito por Camilo, continua presente e atual — fiquei admirada com as perspetivas genuínas e pessoais que os entrevistados manifestaram”.

O projeto, claro, implicou vários momentos. Sofia Mota começa por elencar a importância da “contextualização inicial, feita pela professora Dália Dias e pela Maria João Sampaio”. Depois, destaca “as visitas e passeios pela cidade, percorrendo os espaços ligados a Camilo, onde fizemos inúmeros registos fotográficos, áudio e vídeo que se revelaram fundamentais e permitiram descobrir a cidade, ligar o passado e o presente, mostrando como a obra de Camilo é intemporal”.

Ana Maria Guimarães realça vários momentos e atividades: o mural ‘Até onde irias por um amor de Perdição?’, com *post-it* coloridos com respostas da co-



munidade escolar; o vídeo “O que significa para si um Amor de Perdição?”, com depoimentos e imagens do percurso camiliano; o vídeo ‘Trajetos de Camilo’, com a banda sonora “Ana”; o vídeo humorístico ‘Amor de Perseguição’; o jornal ‘Camilo, Vida e Obra’; o *mentimeter* e o *QRcode*, que fomentaram a interação com o público através de dispositivos móveis; e, ainda, os incríveis desenhos, particularmente os retratos de Camilo e a ilustração de momentos-chave da obra. Já Inês Rato realça o momento da apresentação final, na Biblioteca Almeida Garrett, “onde partilhámos todo o trabalho desenvolvido e apresentámos uma leitura dramatizada de excertos de «Amor de Perdição», celebrando o bicentenário de Camilo com a escola e a comunidade”.

Enfim, para Ana Maria Guimarães, “sem dúvida que este projeto revitalizou o legado camiliano. Foi um momento único. Eu chorei. E não fui a única. Camilo teria gostado”.

JC



As mulheres e a revolução de Abril

A ideologia do Estado Novo remetia as mulheres para o lar, reduzia-as ao papel de mães e donas de casa. As suas vidas eram controladas pelo Estado, pela Igreja e pelos maridos, de tal forma que não podiam exercer as profissões que queriam, viajar sem autorização ou votar em pé de igualdade. A educação feminina não era vista como uma prioridade e as taxas de analfabetismo feminino foram sempre superiores às masculinas.

Abril traz a educação para o centro da agenda política e social, tendo surgido ações e campanhas de alfabetização e educação sanitária. O direito à educação, que foi uma reivindicação das mulheres desde o século XIX, encontra aqui uma janela de oportunidade, onde as mulheres procuram conquistar a igualdade em todos os domínios da vida. Como tal, o direito a uma educação pública e gratuita foi umas das principais reivindicações das mulheres logo após a revolução. E o envolvimento das mulheres na luta por este direito foi o principal tema da sessão.

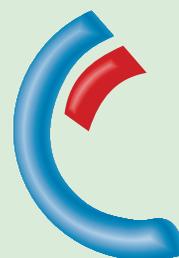
Ana Sofia Ferreira
(31 de maio)

Guerra colonial: a história no retrovisor

As razões do silenciamento da violência colonial — e da guerra como uma das suas expressões particulares e finais — possuem uma historicidade própria que se articula com o modo como Portugal imaginou a sua relação colonial. Cerca de cinquenta anos depois do fim das guerras entre o Estado português e os movimentos de libertação africanos, o conflito permanece ainda hoje, em Portugal, um palco de evocações fragmentadas e de amnésias persistentes. A forma como é rememorado e esquecido atesta a força de um acontecimento cuja existência não se confina ao seu início e fim cronológico e cuja presença no presente se revela tanto no que é dito como no que permanece por verbalizar ou por trazer à discussão.

Nesta sessão, o autor teve como preocupação principal discutir a forma como a guerra, enquanto fenómeno histórico e memorial, foi sendo atravessada por diferentes “políticas do silêncio” que se constituem como uma forma particular e difusa de produção de “políticas da memória”.

Miguel Cardina
(28 de junho)



Centro de Formação
SINDICATO DOS PROFESSORES DO NORTE

Ciclo Debates SPN 2025/2026 50 anos da Constituição da República Portuguesa Reflexões e Desafios

A Constituição da República Portuguesa (CRP) é aprovada a 2 de abril de 1976, pelo que se comemora o seu cinquentenário em 2026. Para assinalar a efeméride, o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) promove um Ciclo de Debates sobre os direitos consagrados na CRP, a sua aplicabilidade e as diferentes alterações que o texto inicial sofreu ao longo destes 50 anos. Recorde-se que a CRP, nascida da revolução de Abril, conheceu sete revisões constitucionais, realizadas em 1982, 1989, 1992, 1997, 2001, 2004 e 2005.

É esta a proposta que o CF/SPN faz para mais um Ciclo de Debates, que terá 7 sessões e no qual, a partir do articulado da CRP, procurará dar a conhecer e levar a refletir sobre o texto matricial do país. Fá-lo consciente de que é fundamental para que os docentes, independentemente do nível de educação e ensino ou da área em que exercem, possam aprofundar o seu conhecimento no que toca aos direitos e deveres constitucionais.

2025/26

CICLO DE DEBATES

50 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA REFLEXÕES E DESAFIOS



2025

Sessão 1 | **16 outubro** | 17h-20h
AS 7 REVISÕES CONSTITUCIONAIS:
Que alterações?
António Cluny



Sessão 2 | **15 novembro** | 10h-13h
DIREITO À EDUCAÇÃO
Mário Nogueira



Sessão 3 | **13 dezembro** | 10h-13h
DIREITO À SAÚDE
Joana Bordalo e Sá



2026

Sessão 4 | **17 janeiro** | 10h-13h
LIBERDADE DE IMPRENSA
Rui Pereira



Sessão 5 | **14 fevereiro** | 10h-13h
DIREITO À HABITAÇÃO
Tiago Mota Saraiva



Sessão 6 | **14 março** | 10h-13h
DIREITOS DOS TRABALHADORES
João Rodrigues



Sessão 7 | **11 abril** | 10h-13h
LIBERDADE SINDICAL
Arménio Carlos



Sede do SPN (Porto)

com possibilidade de participação **online**
consultar em www.spn.pt. Duração de cada sessão:
3 horas (curso de formação creditado
pelo CCPFC 25 horas)





Pelo reconhecimento da relação professor-aluno como patrimônio da humanidade



Relação professor-aluno a patrimônio da humanidade

A educação constitui um direito humano básico, potenciador do acesso a todos os outros direitos, e um lugar privilegiado para a promoção dos direitos humanos. A história da humanidade é marcada pela permanência da relação professor-aluno, em todos os tempos e em todas as latitudes. A força desta relação traduz-se nas diversas filosofias orientais e ocidentais, nas culturas dos povos africanos e dos povos indígenas, nas tradições asiáticas, americanas e europeias.

O ato de ensinar e educar corresponde a uma das formas de atividade humana mais significativas e relevantes, na base da qual está uma dinâmica relacional transformadora, conduzida por profissionais devidamente qualificados — os professores. Os professores desempenham um papel crucial na concretização do direito universal à educação, enquanto profissionais do humano com responsabilidade de orientar e acompanhar os percursos de formação de cada aluno.

Um dos mais importantes patrimônios comuns da humanidade

Num contexto de digitalização crescente da vida humana e social, a presença física daquele que ensina e educa adquire uma importância reforçada, conforme ficou bem evidenciado durante a experiência disruptiva provocada pela pandemia da Covid-19.

Como se afirma no relatório da UNESCO sobre os futuros da educação, *Reimaginar os nossos futuros juntos: Um novo contrato social para a educação*, “ensinar exige conhecimento e determinação ética. Figuras sábias e eruditas têm sido reconhecidas em culturas de todo o mundo e, a partir desta tradição, o ‘professor’ surge como um ator especializado no contexto de uma escola. Os professores são figuras-chave sobre as quais recaem as possibilidades de transformação”.

O patrimônio educacional desenvolvido ao longo da história no âmbito da relação professor-aluno, na diversidade de contextos histórico-culturais, constitui um tesouro precioso da humanidade que, como tal, precisa de ser apreciado, conhecido e reconhecido. Para que possam realizar plenamente a sua condição de profissionais do humano num quadro de direito universal à educação, os professores precisam de encontrar condições de trabalho adequadas ao desenvolvimento de relações pedagógicas e educativas verdadeiramente significativas e transformadoras. A existência de professores motivados e qualificados, valorizados na sua autoridade profissional e estimados pelas suas comunidades, é parte integrante e substantiva de um novo contrato social para a educação.

Dignificação do ato de ensinar e educar

A consagração da relação professor-aluno como patrimônio da Humanidade responde a uma necessidade fundamental de dignificação do ato de ensinar e educar, constituindo-se um imperativo de humanidade e de cidadania universal. Uma decisão deste tipo tem um valor simbólico incalculável para o prestígio e a dignificação dos professores e constituirá um marco decisivo na história da profissão docente, representando um fator de valorização e de atração dos jovens para o magistério.

PARA OS ANAIS DA RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO A PATRIMÓNIO DA HUMANIDADE

A ideia de candidatar a relação professor-aluno a património da humanidade surgiu em 2018, por iniciativa de Isabel Baptista, então dirigente do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) e diretora da revista a Página da Educação, que, no editorial do n.º 211, intitulava “Professor-Aluno: uma alquimia única, uma marca para a vida, um tesouro imaterial”. A ideia recebeu o apoio da Fenprof que a propôs à Internacional da Educação (IE). Esta, por sua vez, abraçou-a de imediato e deu início a contactos exploratórios junto da UNESCO, que recentemente a assumiu como recomendação. Falta o reconhecimento oficial!

No editorial da revista *a Página da Educação*, n.º 211 (projeto consolidado no âmbito da imprensa pedagógica, que a Profedições, editora do SPN, edita há 33 anos), Isabel Baptista, considerando que “o ato de ensinar, inspirar, orientar e apoiar os percursos de formação de outras pessoas constitui uma das formas mais sublimes e relevantes da atividade humana, tendo como base um encontro interpessoal de características absolutamente únicas”, propunha que “é tempo de elevar a relação professor-aluno a património imaterial da Humanidade”.

Assumida pela IE, a ideia começou a fazer caminho, reforçada pelo contexto em que a experiência da pandemia tornara mais clara a importância decisiva da relação humana no processo de ensino-aprendizagem. Um conjunto alargado de organizações sindicais e de associações profissionais docentes (duas dezenas) subscreveu uma carta conjunta, dirigida à embaixadora de Portugal na UNESCO, solicitando-lhe que, em nome dos educadores e professores portugueses, fosse porta-voz da proposta junto da diretora-geral da ONU. A carta ia acompanhada de três declarações de apoio: IE, Fórum Mundial dos Estudantes e Confederação Sindical da Educação dos Países de Língua Portuguesa (CPLP-SE).

Rapidamente se percebeu que uma candidatura através da Convenção do Património Imaterial seria um processo demasiado lento e burocrático, para além de pouco adequado ao fim pretendido. Havia que reequacionar a estratégia e foi constituído um ‘grupo de missão’ (com membros da Fenprof e da IE), para o qual foi convidado António Nóvoa, cuja experiência como antigo embaixador de Portugal na UNESCO se revelou fundamental e permitiu explorar outros caminhos. O ‘grupo de missão’ definiu como objetivo estratégico para a obtenção do resultado pretendido uma forte intervenção na *Cimeira Mundial sobre os Docentes*, organizada pela UNESCO e pelo governo do Chile, em 28 e 29 de agosto.

Nesse sentido, a IE editou uma brochura, em seis línguas, que foi entregue às delegações dos diferentes países presentes na cimeira. Fruto de um importante trabalho de equipa, com intervenções concertadas e uma intensa negociação junto dos redatores do documento final da cimeira, foi possível integrar no *Consen-*



so de Santiago uma alínea que não constava da primeira versão divulgada (ponto 3, alínea f):

“Também exortamos a UNESCO e os Estados Membros a reconhecer a relação docente-estudante como um património comum da humanidade e fardol de relacionamento, num contexto de crescente transformação digital, que deve estar ao serviço da humanidade sem pôr em causa o papel essencial da socialização e interação humana na educação”.

Tratando-se de uma recomendação, haverá ainda muito a fazer para a tornar realidade. Mas este avanço conseguido no Chile constitui um passo decisivo nesse processo, que deve ser assinalado e celebrado.

MM

5 de outubro de 2025
Dia Mundial do Professor



Unidos pela Profissão
Unidos pelo Futuro

UNIDOS PELA PROFISSÃO. UNIDOS PELO FUTURO

A comemoração do Dia Mundial dos Professores realiza-se anualmente desde 1994, o ano seguinte ao da criação da Internacional da Educação (IE), de que a Fenprof é membro fundador, e que hoje representa mais de 33 milhões de profissionais da educação de 180 países e territórios.

Tem lugar no dia 5 de outubro, porque foi nesse dia, em 1966, que a UNESCO e a OIT adotaram a Recomendação sobre o Estatuto dos Professores, um marco histórico para a profissão docente. Comemora, ainda, a adoção da Recomendação relativa ao Estatuto do Pessoal Docente do Ensino Superior (UNESCO, 1997).



foto: HB

Para as organizações promotoras (UNESCO, Unicef, OIT e IE), o Dia Mundial dos Professores representa uma oportunidade para sublinhar a importância da profissão docente e a necessidade da sua dignificação, como condição essencial para a valorização da escola e da educação. Este ano, o lema escolhido pela IE – *Unidos pela Profissão. Unidos pelo Futuro* – sublinha o papel fundamental dos professores na construção do futuro, inspirando e formando as novas gerações. E apela aos governos e à comunidade internacional para que invistam nos docentes e os apoiem na criação de um futuro pacífico, justo e sustentável para todos.

A falta de professores qualificados é, hoje, um problema à escala mundial. Mas ela não é inevitável nem irreversível. As *Recomendações das Nações Unidas de 2024* e o *Consenso de Santiago*, saído da cimeira mundial da UNESCO realizada em agosto, são documentos da maior relevância para as políticas educativas. Neles se afirma que a falta de professores pode ser revertida com vontade política e um financiamento adequado e previsível do ensino público – um investimento de, pelo menos, 6% do PIB para a educação; políticas que garantam direitos laborais e condições de trabalho dignas (remunerações justas, horários pedagogicamente adequados, estabilidade no emprego); respeito pelos educadores e professores e confiança

no seu saber pedagógico; investimento na formação e desenvolvimento profissional; envolvimento dos docentes e dos sindicatos na decisão política, através do diálogo social e da negociação coletiva; valorização do papel social dos professores; reconhecimento do carácter insubstituível da relação humana no processo de ensino-aprendizagem, que nenhuma tecnologia ou inteligência artificial poderá substituir.

Num contexto de ausência de respostas efetivas para a progressiva falta de professores, que em Portugal afeta muitos milhares de alunos, a Fenprof assinala o Dia Mundial dos Professores lembrando ao governo os compromissos assumidos internacionalmente e reivindicando soluções concretas e ação imediata para valorizar a profissão docente. Porque a Educação não pode esperar!

E neste Dia Mundial dos Professores, a Federação quis lembrar a importância da recomendação inscrita no *Consenso de Santiago* para que a UNESCO reconheça a relação professor-aluno como património da Humanidade, assinalando o avanço conseguido no caminho desse reconhecimento.

MM

A AURA QUE SE LIXE, ESTAMOS NA MANIF!

Como de costume, a Fenprof comemorou o Dia Mundial dos Professores (5/out), associando-lhe um conjunto de iniciativas, umas mais simbólicas (como o Prémio Literário e a Corrida dos Professores e da Educação), outras de cariz assumidamente reivindicativo (manifestação, em Lisboa, no dia 4/out).

Num contexto de ausência de respostas efetivas para a progressiva falta de professores, que em Portugal afeta muitos milhares de alunos, a Fenprof levou a cabo, no dia 4 de outubro, uma ação de luta em Lisboa, com concentração no Jardim do Arco do Cego e desfile para a Presidência do Conselho de Ministros. Com esta ação a Fenprof quis lembrar ao governo os compromissos assumidos internacionalmente, reclamar a valorização da profissão docente e reafirmar que a Educação não pode esperar!

As exigências concretas da profissão docente e da Escola Pública marcarão presença na celebração deste Dia Mundial dos Professores. Questões como a perda de atratividade da profissão docente, as necessárias valorização e revisão da carreira docente, a regularização dos horários e a melhoria das condições de trabalho, a resolução da precariedade e da falta de incentivos, a gestão democrática ou a aposentação digna e atempada, entre outras, foram exigências manifestadas pelos participantes. Mas também a denúncia do desmantelamento do Ministério da Educação, Ciência e Inovação em curso, que levará à privatização do sistema educativo, a exigência de um orçamento do Estado que sirva o serviço público da Educação ou a luta contra o pacote laboral, que elimina os efeitos da greve, extinguindo, desta forma, este direito constitucional não foram esquecidos.

José Feliciano Costa não tem dúvidas: “a agência agora criada dará início ao projeto de privatização da gestão do sistema educativo”, porque, “funcionando com estatuto da administração indireta do Estado, vai gerir concursos,





carreiras, avaliação de desempenho dos professores” e poderá “contratualizar serviços com entidades privadas, irá fazê-lo”. Um plano que decorre da “lógica neoliberal de submeter a educação às leis da oferta e da procura, com o objetivo de mercantilizar o setor”.

Francisco Gonçalves, depois de analisar a questão da falta de professores e do direito das crianças e jovens à Educação, abordou a necessidade de serem os professores os primeiros defensores da Escola Pública. Mesmo que digam que “são antagónicos os interesses dos alunos e das escolas, por um lado, e os interesses dos professores pelo outro”. Mesmo que digam que ao manifestarmos-nos, “perdemos a aura, não é de bom tom, parece mal”. Não é verdade, pois, “quando nós, professores, lutamos pelo direito a uma Educação de qualidade para todos, estamos a cumprir o nosso dever cívico, o compromisso com a justiça e com a dignidade humana”.

Importa, pois, juntar a voz dos educadores e dos professores portugueses à voz dos muitos milhões de docentes que, em todo o mundo, não desistem de lutar por uma profissão docente digna; uma profissão com futuro; pelo direito a uma Educação de qualidade para todas as crianças e jovens; pela valorização da profissão docente; por um investimento capaz e ao serviço da Educação. É imperioso juntar a voz dos educadores e dos professores portugueses à dos que persistem em lutar por um futuro melhor e por uma educação inclusiva e de qualidade. Enfim, por uma sociedade mais igualitária!

RR

(fotos de HB & RR)

A AURA, OS PROFESSORES E A CARTA ABERTA AO MINISTRO!

A respeito das declarações de Fernando Alexandre, ministro da Educação, Ciência e Inovação onde considerava que os professores perdiam a aura quando participavam em manifestações, a Fenprof enviou-lhe a seguinte carta aberta que, dada a sua importância e pertinência, se transcreve na íntegra:

Carta Aberta ao Ministro da Educação, Ciência e Inovação

Senhor ministro,

A FENPROF não pode deixar de lamentar que, no momento em que nos aproximamos do 50.º aniversário da aprovação da Constituição da República Portuguesa (CRP), o responsável pelo Ministério da Educação, Ciência e Inovação desvalorize o direito à manifestação previsto no respetivo art.º 45.º e desvalorize, também, a importância fundamental de que o exercício de tal direito se reveste para o progresso da sociedade, para a democracia e, no caso em apreço, para a defesa da condição docente perante governos que a têm atacado. Tal assume maior gravidade quando a desvalorização – que atinge diretamente os professores e educadores, a quem não têm faltado fortes razões para se manifestarem – acontece pela boca do ministro, perante uma plateia repleta de crianças e jovens, a quem deveria ser transmitido o valor da democracia e dos direitos que a sustentam.

Senhor ministro,

As lutas dos professores sempre tiveram como objetivo o progresso: melhores condições de vida e de trabalho, valorização social e material da profissão, estabilidade, reforço do investimento na Educação e concretização de uma escola pública democrática, de qualidade, inclusiva e para todos. Muitos têm sido os governos que se guiaram por outros objetivos e que, por certo, não apreciaram a contestação que isso provocou.

Mesmo quando era proibido e até muito perigoso fazê-lo, em tempos de ditadura e fascismo, muitos professores e educadores arriscaram lutar e nunca por isso perderam a sua «aura» ou diminuíram a sua condição profissional e de cidadania. Antes reforçaram, através da coragem com que enfrentaram a precariedade, a ausência de direitos e as injustiças de um sistema que os explorava e desconsiderava. Recorde-se o exemplo dos Grupos de Estudo do Pessoal Docente, embrião dos sindicatos progressistas que nasceram com Abril.

Não obstante isso não ter agradado ao poder, a luta dos professores, incluindo as manifestações que se tornaram direito e expressão da democracia, foi sempre determinante para a conquista de legítimos direitos, a resolução de problemas e a melhoria da condição docente.

Senhor ministro,

Entende a FENPROF que, em vez de se deter em considerações sobre a «aura» dos professores, deveria antes reconhecer que a prolongada ausência de soluções estruturais, há muito exigidas, é que continua a impedir a valorização da profissão e da condição docente e a agravar problemas centrais que a educação enfrenta, como a crescente falta de professores. A FENPROF não pode deixar de assinalar, ainda, que as impróprias declarações do titular da pasta feitas perante uma plateia de jovens em formação são proferidas por alguém que integra um governo que já confirmou a intenção de atacar outros direitos fundamentais em democracia, como seja o exercício do direito à greve que a CRP também consagra.

Entenderá o senhor ministro e o seu governo que o silêncio, a mera aceitação e a submissão são a garantia de uma “aura” de virtudes? Os professores e educadores certamente não partilham dessa visão.

A FENPROF reafirma que os professores não abdicam da sua dignidade, da sua autoridade, nem do seu direito à luta. E continuarão a educar pelo exemplo, opondo-se a arbitrariedades e injustiças, em defesa da profissão, dos alunos e da Escola Pública democrática que Abril conquistou.

*Lisboa, 17 de setembro de 2025
O Secretariado Nacional da FENPROF*

A REESTRUTURAÇÃO DO MECI

A reestruturação em curso do Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) serve como balão de ensaio para o processo global de Reforma do Estado. Esta designação oficial, porventura atrativa para tantos, não esconde o que está verdadeiramente em causa: o início de um processo de desmantelamento de vários ministérios, designadamente os responsáveis pelas funções sociais.

No caso da reforma do MECI — ou será implosão, como defendeu Nuno Crato? —, os governantes anunciam que visa colocar em prática princípios como reorganização e clarificação funcional, modernização e transformação digital, descentralização de competências inteligente e coordenada, eficiência e agilidade administrativa, valorização dos recursos humanos, rigor e transparência na gestão, tudo com o objetivo último de atingir uma educação de qualidade e a excelência na ciência. Este processo específico de reforma teve como primeiro momento a publicação do Decreto-Lei n.º 99/2025, de 28 de agosto, que extinguiu, de uma assentada, a DGAE, a DGEstE e o IGeFE e criou, em sua substituição, a Agência para a Gestão do Sistema Educativo (AGSE). Ainda segundo os mesmos governantes, este processo pretende “concentrar numa única entidade a gestão de recursos humanos, financeiros, patrimoniais e administrativos, assegurando maior eficiência, simplificação de processos e uma articulação mais eficaz e próxima, sobretudo junto dos estabelecimentos de ensino”.

Belas palavras...

Tal como acontece demasiadas vezes, da teoria à prática vai um verdadeiro abismo. E da análise ao articulado do diploma legal, identificam-se vários potenciais problemas, de que se destaca a clara abertura da porta à privatização da gestão do sistema educativo, pois à AGSE é conferida competência para contratualizar com privados e/ou autarquias o fornecimento de serviço de educação, podendo integrar sociedades anónimas ou mesmo constituir-se como tal. Esta agência terá, ainda, competência para gerir os concursos — que o MECI já declarou pretender alterar no âmbito da revisão do ECD —, a carreira docente e a avaliação de desempenho, tudo em parceria com as CCDR, um caminho de municipalização (mal) encapotado.

Finalmente, levantam-se dúvidas relativamente à constitucionalidade, concretamente quanto a um eventual incumprimento do disposto no artigo 199.º da Constituição da República Portuguesa (CRP), uma vez que a esta agência (entidade de administração indireta do Estado) são atribuídas competências, de âmbito administrativo, que a CRP atribui ao governo. Estas dúvidas levaram a Fenprof a solicitar reuniões ao Presidente da República e ao Provedor de Justiça, no sentido de tentar suscitar a fiscalização sucessiva da constitucionalidade.



foto: HB

Tais diligências não deverão, no entanto, demover os docentes e investigadores da participação nos momentos de luta que necessariamente terão lugar, seja em iniciativas da Federação, seja em convergência com o movimento sindical unitário. O objetivo é combater as intenções mais gravosas do governo e defender as justas reivindicações dos trabalhadores. E sem qualquer receio de perder a aura, antes com a certeza de a reforçar!

JMC

A INJUSTIÇA DO HORÁRIO DE TRABALHO DOS DOCENTES PROGENITORES DE FILHOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

O SPN continua preocupado e empenhado na defesa dos docentes que têm filhos portadores de deficiência, congénita ou adquirida, pois não está prevista na lei laboral qualquer redução de horário para os pais de crianças portadoras de deficiência com mais de um ano de idade. E o que se verifica é que, perante este vazio legal, as escolas recusam-se a reduzir os horários destes docentes.

O artigo 54.º, n.º 1, do Código do Trabalho, aprovado pela lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, aplicável aos docentes do ensino particular e cooperativo e aos docentes do ensino público, por via do artigo 4.º, n.º 1, alínea f) da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, prevê sobre a matéria que “os progenitores de menor com deficiência ou doença crónica, com idade não superior a um ano, têm direito a redução de cinco horas do período normal de trabalho semanal, ou outras condições de trabalho especiais, para assistência ao filho.”

Ora, para além de um ano de idade, o trabalhador na situação de acompanhamento do filho, adotado ou filho de cônjuge a cargo, portador de deficiência, deixa de beneficiar da redução de 5 horas de trabalho semanal e passa a reger-se pelos artigos 55.º e 56.º do mesmo diploma, os quais preveem e regulam, para qualquer trabalhador com responsabilidades familiares, a possibilidade de trabalho a tempo parcial e o horário flexível.

O trabalho a tempo parcial implica uma perda remuneratória e a inerente contagem do tempo de serviço apenas pelo tempo efetivamente trabalhado, ou seja, revela-se penalizadora para os docentes quando comparada com o trabalho a tempo completo. No regime do horário flexível os serviços podem, a requerimento dos interessados, fixar horários ajustados, na medida do possível, ao acompanhamento dos filhos deficientes, mas sempre sem prejuízo do cumprimento integral do seu período normal de trabalho. Ou seja, o horário de trabalho semanal que têm que cumprir é igual, do ponto de vista da sua duração, aos dos demais docentes que não têm filhos ou cujos filhos não são portadores de deficiência.

De acordo com o n.º 1 do artigo 7.º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), aprovada pela ONU (Nova Iorque, 30 de março de 2007), e ratificada por Portugal, em 2009, “os Estados Partes tomam todas as medidas necessárias para garantir às crianças com deficiência o pleno gozo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais em condições de igualdade com as outras crianças”.

Levanta-se-nos a questão: será que as crianças portadoras de deficiência deixam de necessitar do cuidado e acompanhamento dos progenitores após um ano de idade? Então, por que razão não podem os pais beneficiar dos mesmos direitos que têm quando eles são menores de um ano? A realidade denota que as crianças portadoras de deficiência ou doença crónica com mais de um ano de idade não deixam de necessitar do apoio e cuidado dos progenitores. Algumas patologias agravam, até, o grau de dependência com o evoluir da idade. Para além de se verificar que as estruturas sociais que prestam apoio a estes cidadãos tendem a reduzir com o atingimento da maioridade. Ora, entendemos que seria da mais elementar justiça que o artigo 54.º do Código do Trabalho prolongasse, para além do primeiro ano de vida, a possibilidade de os progenitores de filhos portadores de deficiência ou doença crónica beneficiarem da redução de cinco horas ao seu período semanal de trabalho.

O desgaste físico e psíquico destes profissionais denota-se precocemente e será de inteira justiça reduzi-los o horário de trabalho, a fim de lhes proporcionar condições para um exercício condigno da docência, cumulativamente com o desempenho desejável do seu papel de pai/mãe de filho com deficiência.

Assim, desde 2009 que o SPN e a Fenprof vêm alertando para a importância da previsão legal da redução de horário para estes pais, sem perda de direitos, assim como da redução da idade legal para a sua aposentação. Estando eminente uma revisão ao Código do Trabalho, foi novamente requerido ao governo que dedique a atenção devida a esta temática e nele passe a consagrar, no artigo 54.º, a redução do período normal de trabalho para qualquer trabalhador que seja pai ou mãe de filho portador de deficiência que coabite no seu agregado, independente da idade.

Filipa Pintalhão
Gabinete Jurídico

EPC — NEM UM DIREITO A MENOS!

Foi publicado no Boletim de Trabalho e Emprego n.º 33, de 8 de setembro de 2025, o Contrato Coletivo de Trabalho para as IPSS, celebrado entre a CNIS e a FEPACES. Este acordo, em vigor ao quinto dia após a sua publicação, trouxe conquistas relevantes, ainda que insuficientes, no caminho da dignidade laboral.



foto: RR

Entre as medidas alcançadas, destacam-se: a alteração do Nível 5 para o Nível 4, na progressão remuneratória dos educadores de infância, como máximo em valência de creche; o aumento do valor do nível de ingresso em 4,5% — fixando-se nos 1150,00€; a atualização de 2,5% nas tabelas salariais B-1, B-2 e B-4; a eliminação da Tabela B-5; o aumento do subsídio de refeição para 5€; um acréscimo de 25€ para funções de direção e coordenação, bem como o direito a faltar, sem perda de vencimento, no dia de aniversário. Estas alterações produzem efeitos retroativos a 1 de janeiro de 2025.

Apesar destas vitórias, persistem barreiras que atentam contra a justiça e a igualdade. A CNIS insiste em discriminar os educadores de infância em creche, negando-lhes o mesmo reconhecimento dos da educação pré-escolar, apesar de ambos possuírem igual formação e desempenharem funções equivalentes. A Fenprof rejeita esta desigualdade e reafirma a sua determinação em continuar a lutar, apresentando em breve uma nova proposta de revisão do CCT para vigorar em 2026, com o objetivo de conquistar o que é justo: trabalho digno, salários adequados e carreiras valorizadas.

Contra o pacote laboral

A luta dos educadores e dos professores não se trava apenas na negociação coletiva. Em 20 de setembro, foram muitos os docentes que ergueram a sua voz na Jornada Nacional de Luta contra o Pacote Laboral, convocada pela CGTP-IN. Foi a afirmação de que os

trabalhadores não estão dispostos a ceder perante o retrocesso, nem aceitarão a destruição de direitos conquistados com décadas de luta e resistência.

O anteprojeto apresentado pelo governo (PSD/CDS) constitui um verdadeiro assalto à dignidade dos trabalhadores. Abrirá a porta à perpetuação de salários baixos, à flexibilização de horários, à multiplicação de vínculos precários e à facilitação de despedimentos. Ataca o direito à maternidade e paternidade, ameaça a contratação coletiva, procura limitar a liberdade sindical e impõe restrições profundas ao direito à greve. Em suma, tenta desmontar, peça a peça, os direitos laborais conquistados por gerações de trabalhadores.

Importa sublinhar que, no ensino particular e cooperativo, bem como no setor social, estas medidas cairão com mais força. Os trabalhadores do setor privado serão os primeiros a sentir os efeitos de uma legislação que procura fragilizar o lado do trabalho. Esta luta pertence, em primeiro lugar, aos trabalhadores, mas deve ser partilhada por toda a sociedade.

É tempo de reafirmar que não há democracia sem justiça social, não há educação de qualidade sem dignidade profissional, não há futuro sem respeito pelo trabalho. A luta continua, com a força de quem acredita que cada direito conquistado é um passo firme na direção de uma escola mais justa, de uma sociedade mais igual e de uma vida mais digna para todos.

EPE/1.º CEB — É URGENTE VALORIZAR OS EDUCADORES E PROFESSORES

A queda do XXIII Governo, e a entrada do 'novo' governo, apenas repercutiu o atraso na abertura de processos negociais, o que se refletiu, naturalmente, no aumento do número de inscrições do abaixo-assinado Por melhores condições de trabalho, promovido pela Fenprof. Agora, este abaixo-assinado será entregue no Ministério da Educação Ciência e Inovação (MECI), como protesto coletivo, e sob forma de petição pública seguirá os trâmites que o levarão à discussão na Assembleia da República.

É notório que na educação pré-escolar (EPE) e no 1.º ciclo do ensino básico (1.º CEB), as condições de trabalho têm vindo a agravar-se ano após ano. O MECI comprometeu-se a iniciar um processo de revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD), durante o mês de setembro, que, espera-se, constitua o momento inadiável para a valorização dos docentes que exercem funções em regime de monodocência. Por razões de clara discriminação, relativamente à responsabilidade educativa e formativa das crianças/alunos que frequentam estes níveis de educação e ensino, as condições de trabalho dos docentes em regime de monodocência são das principais causas do desgaste na profissão. Não é possível manter esta situação.

Do abaixo-assinado / petição

Os Sindicatos que constituem a Fenprof elaboraram uma carta reivindicativa dos docentes em monodocência e um abaixo-assinado, onde os subscritores exigem a retificação de discriminações manifestas nos diferentes níveis de ensino e que vai além das contestações relacionadas com a monodocência. Por exemplo, a aprovação de um regime de aposentação que considere o desgaste físico e psíquico resultante do exercício da profissão, tendo por base os 36 anos de serviço e de descontos sem qualquer outro requisito; a exigência de que todo o trabalho realizado com as crianças/alunos seja considerado componente letivo.

Da carta reivindicativa

No que respeita à carta reivindicativa, exige-se a redução do número de crianças por grupo/turma para o máximo de 19, com as seguintes especificidades: na EPE, os grupos homogêneos de 3 anos devem ter no máximo 15 crianças e os grupos que incluam crianças com necessidades educativas específicas (NEE) não devem ser constituídos por mais de 10; no 1.º CEB, se a turma incluir alunos com NEE, terá no máximo 12 alunos e se a turma tiver mais do que um ano de escolaridade, 15 alunos. Defende-se que, em ambos os setores,

o horário letivo seja de 20 horas semanais e deverá ser adotado um calendário escolar igual aos restantes níveis de ensino (sem exames/provas finais nacionais). A carta reivindica, ainda, a redução da componente letiva por antiguidade, ao abrigo do artigo 79.º, do ECD, nos mesmos termos dos professores nos restantes níveis de ensino, devendo as horas de redução ser revertidas para a componente não letiva individual de trabalho.

Desresponsabilização do Estado

Para o Sindicato dos Professores do Norte (SPN), o Estado não pode desresponsabilizar-se da sua função constitucional: garantir educação pré-escolar pública e de qualidade para todas as crianças (a partir dos 3 anos de idade). Quando assim acontece, quem mais perde com esta opção política são as famílias mais desfavorecidas, condenadas a aceitar soluções de recurso. Por isso, o SPN reafirma que a EPE deve ser uma prioridade do serviço público da Educação. E exige do Estado um investimento sério e estruturado. Qualquer outra escolha é um atentado à igualdade de oportunidades e ao direito das crianças a uma educação de qualidade, desde os primeiros anos de vida.

Faltas de curta duração

O SPN está atento à gestão das faltas de curta duração (até 5 dias) dos docentes, uma vez que práticas generalizadas que acontecem nos jardins-de-infância ou nas escolas, como a distribuição das crianças/alunos por vários grupos/turmas ou que ficam sob responsabilidade de uma assistente operacional levantam sérias dúvidas de legalidade, comprometendo o direito das crianças/alunos a uma continuidade pedagógica de qualidade e a garantia das adequadas condições para o desenvolvimento da prática pedagógica dos docentes envolvidos.

MgM/APT



CARTA REIVINDICATIVA DOS DOCENTES EM MONODOCÊNCIA

ESI — EDUCAÇÃO COMO FORMA DE ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL

Instrumentalização do saber e o alargamento da base social de acesso ao ensino superior

Estruturam-se, neste governo, medidas que reorientam estratégias seguidas por governos anteriores, que têm por base a falácia de que ensinar para as profissões democratiza a frequência do ensino superior.



foto: www.oecd.org



Education at a Glance 2023

OECD INDICATORS



Tendo por base alguns indicadores da OCDE, relatório *Education at a Glance*, constroem-se retóricas que valorizam a formação pós-secundária como instrumento de, por um lado, aumentar a empregabilidade dos nossos jovens, por outro lado, induzir a ideia de que os Cursos TESP são o patamar inicial para o ensino superior. Constatam-se, no dito relatório, que a proporção de adultos com uma qualificação superior ainda é inferior à média da OCDE: “Portugal in one of the few countries where the most commonly held attainment level of education is below upper secondary (38% of the adult population do not have an upper secondary qualification, well above the OECD average of 19%)”. Também se verifica que, em Portugal, as taxas de emprego para aqueles com qualificação do ensino pós-secundário ou inferior são mais baixas do que para aqueles que concluíram o nível de ensino superior (91%). O que estes números nos indicam é que, se procuramos a valorização e a empregabilidade dos nossos jovens, devemos fazer um esforço por aumentar o número de graduados.

O mesmo estudo dá nota da diminuição de estudantes que transitam do ensino secundário para o ensino superior. Em 2012, os números eram de 65% e em 2023 foram de 51% e que se consegue já definir uma tendência quando se apresenta os dados de que apenas 11% destes estudantes vêm de famílias de baixos rendimentos. Fica claro para todos que o acesso ao ensino su-

perior tem sido prejudicado por questões económicas das famílias e que as desigualdades persistem entre gerações. Em Portugal, 73% dos jovens entre os 25 e os 34 anos com pelo menos um dos pais com formação superior também obtiveram uma qualificação de nível superior, em comparação com apenas 23% entre aqueles cujos pais não concluíram o ensino secundário.

O caminho que se perspetiva pelas declarações que vêm sendo feitas por este governo, nomeadamente pela secretária de Estado, Cláudia Sarrico, indicam que a resposta que o governo tem para estes problemas é a diversificação de percursos de aprendizagem, com um propósito bem claro de formação de nível técnico pós-secundário para um maior número dos estudantes que saem do secundário, principalmente para aqueles que vêm de cursos profissionais sem preparação de base para integrar o mercado de trabalho e sem condições para enfrentar os exames nacionais necessários ao ingresso no ensino superior.

Contudo, contrariamente ao que é defendido, tais medidas não contribuem para a melhoria da qualidade do sistema. Pelo contrário: restringem o acesso ao ensino superior, promovem a elitização do ensino e reforçam a função da escola como mecanismo de reprodução social, perpetuando baixos salários e baixas qualificações.

HM

REGISTOS DA AÇÃO REIVINDICATIVA

Fenprof exige revisão do ECD. Já!

A Fenprof participou na reunião preparatória para as negociações da revisão do estatuto da carreira docente (ECD), convocada pelo Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI), que não apresentou qualquer documento para discussão. Na reunião, foi possível perceber que a intenção do MECI é prolongar a negociação da revisão do ECD até ao final do ano de 2027, o que implicaria a publicação e consequente entrada em vigor do diploma apenas no ano de 2028. Face a esta intenção, a Fenprof manifesta, desde já, a sua rejeição completa, defendendo que as negociações devem decorrer durante este ano letivo (2025/2026), de modo a permitir que o ‘novo ECD’ entre em vigor no ano letivo 2026/2027.

Greve ao sobretrabalho, horas extraordinárias e CNLE

Pelo sétimo ano consecutivo, a Fenprof convoca esta greve, porque os sucessivos governos e equipas ministeriais têm optado por ignorar e manter os graves problemas que existem com os horários de trabalho dos educadores e dos professores. Trata-se de um vasto conjunto de questões colocadas pela Fenprof de forma persistente a várias equipas ministeriais. Sobrecargas, abusos e ilegalidades caracterizam o quadro de desregulação dos horários de trabalho a que os docentes vêm sendo sujeitos de forma sistemática. A decisão do MECI de atribuir mais serviço extraordinário, forma de combater a falta de docentes com que as escolas se deparam, adensou as preocupações neste domínio.

QZP carenciados aquém das necessidades

Foi publicado o Despacho n.º 11200-A/2025, de 23 de setembro, que procede à definição dos quadros de zona pedagógica (QZP) carenciados, para o ano letivo de 2025/2026. O despacho vem no seguimento da publicação do DL108/2025, que procedeu à eliminação dos conceitos de “grupo de recrutamento deficitário” e de “escola carenciada”, substituindo-os pelo conceito de “quadro de zona pedagógica carenciado”. Para a Fenprof, apesar da melhoria do conceito de zona carenciada, o número de QZP identificados como carenciados (apenas 10) é manifestamente insuficiente, ficando, assim, muito aquém das necessidades, principalmente num ano letivo em que a falta de professores cresce em número e alastra geograficamente.

A mesma receita, cem mil sem aulas

Contas feitas, a partir dos horários disponíveis, por exemplo, na 4.ª reserva de recrutamento, mais de 100 000 alunos, não têm os professores todos, entre os quais mais de 5000 do 1.º ciclo do ensino básico. Este facto deveria fazer pensar o ministro da Educação, que teve um início de ano muito errático, dizendo e desdizendo sobre a falta de professores. Deveria considerar que a situação, grave, não se resolve com medidas como as

que aprovou por decreto, como o que ficou conhecido pelo plano «+Aulas +Sucesso 2.0». Não é com mais medidas avulsas e tímidas – mais horas extraordinárias, concurso extraordinário com menos vagas e retirada de professores de funções e projetos essenciais à Escola – que se consegue o regresso dos professores profissionalizados que abandonaram a profissão, a fixação dos que nela se encontram e se atraem jovens para projetos de vida em que a docência seja uma opção assumida. A receita não funcionou, a receita não funcionará! E nenhuma manobra de distração consegue esconder esta realidade. Só uma revisão do ECD que considere e valorize os docentes poderá solucionar o problema.

NEI — Ciência com Direitos para os Desafios Globais

O SPN, em associação com outros Sindicatos que constituem a Fenprof e diversas estruturas do setor, participou na ação de sensibilização da opinião pública e do governo para os muitos e graves problemas que afetam a ciência e os trabalhadores científicos em Portugal. A ação foi agendada para a Noite Europeia dos Investigadores 2025 (NEI), que foi assinalada no dia 26 de setembro, sob o lema *Ciência para os Desafios Globais*. Aí, os investigadores juntaram-se em diversos locais do país para sensibilizar o público para a enorme precariedade laboral que afeta a ciência, para o financiamento insuficiente do setor e para as implicações da falta de democracia nas instituições do ensino superior e da ciência. No Porto, a ação teve início às 17 horas e decorreu no Instituto de Investigação e Inovação em Saúde (i3S).

EPE / 1.º CEB — MECI tenta contornar a lei!

A educação pré-escolar (EPE) e o 1.º ciclo do ensino básico (1.º CEB) são setores em risco e os que mais preocupam por serem daqueles onde há mais dificuldade na colocação de educadores e professores. O MECI tentou torner a lei, mas a Fenprof não se conformou, denunciando a pretensão e afirmando que o recurso à ilegalidade não é forma de resolver este problema. Em missiva enviada às escolas, a recém-criada Agência para a Gestão do Sistema Educativo (AGSE) autorizava a contratação de detentores da licenciatura em Educação Básica, sendo o próprio MECI a promover uma ilegalidade, já que, para os grupos identificados, não existe a possibilidade de concorrer sem realização prévia de estágio profissional. Dias depois, nova missiva da AGSE a reconhecer o erro e a “desconsiderar” a ordem dada. O desnorte foi, pois, evidente e não se pode afirmar que o início da ação da agência tenha sido muito auspicioso.

As autárquicas e o futuro da Escola Pública

Com a aproximação das eleições autárquicas, o SPN entende alertar para o processo de municipalização (e privatização) que terá forte impacto na vida de todos. Assim, tão ou mais importante do que os candidatos, são

as posições e propostas concretas que defendem. E na área da Educação, assumem centralidade as posições sobre a municipalização, o desmantelamento do MECI e o processo de atribuição de responsabilidades às comissões de coordenação regional. Que ninguém se iluda: muito do que será o modelo educativo joga-se neste ato eleitoral. Por isso, o SPN apela aos educadores e aos professores para que conheçam as posições das diversas forças políticas concorrentes à eleição dos órgãos autárquicos e que exerçam o seu direito de voto tendo presentes essas posições, e não apenas a espuma da campanha eleitoral, os candidatos ou os cartazes. É o futuro da Escola Pública, da profissão docente e do direito de todos os jovens a uma educação de qualidade, democrática, inclusiva e gratuita que também está em causa.

Audição parlamentar sobre petição da Fenprof

A Fenprof participou na audição da Comissão de Educação e Ciência (CEC) da Assembleia da República (11/set), enquanto entidade responsável pela petição *Pela urgente valorização da carreira docente*, anexada a um abaixo-assinado que juntou mais de 15 000 assinaturas de educadores e professores. A Federação justificou a pertinência da petição, uma vez que a medida estrutural para combater o problema da falta de professores, a re-

visão urgente e em alta do ECD, continua por fazer e, consequentemente, a necessária valorização do vencimento dos professores, a correção das ultrapassagens na carreira, a melhoria dos horários e condições de trabalho e a criação de apoios à deslocação e à fixação de docentes em zonas carenciadas. Medidas que confeririam outra atratividade à profissão e à carreira docentes e que continuam a ser adiadas.

MECI promove publicidade enganosa

A campanha «Integrar+», recentemente lançada pelo MECI, tem como objetivo atrair jovens para a profissão docente e recuperar alguns que a abandonaram. É inquestionável que “ser professor é mudar vidas”, no entanto, para a Fenprof, esta campanha não passa de publicidade enganosa, que omite problemas estruturais que a Federação denuncia há anos. Apresentando um quadro de “condições motivadoras de trabalho e de estabilidade profissional”, a campanha destaca o valor ilíquido do vencimento do 1.º escalão da carreira docente e esconde o montante líquido, que é significativamente inferior (até quase 500€ menos). Omite que milhares de docentes continuam em situação de precariedade, apesar de satisfazerem necessidades permanentes das escolas; não fala do calvário de milhares de educadores e professores que percorrem o país; não refere os horários sobrecarregados, o desrespeito pelo que são atividades letivas e não letivas; o elevado número de alunos por turma ou os múltiplos níveis letivos atribuídos a um único professor; o peso burocrático, onde sobejam tarefas administrativas sem enquadramento legal, que consomem tempo e energia que deveriam ser dedicados ao trabalho pedagógico.

Medicina do trabalho e os horários docentes

É uma nota informativa da DGAE, de 29 de julho, mas a sua importância e atualidade justifica o presente apontamento. Versa a medicina do trabalho e contém informações relevantes sobre a elaboração de horários docentes, pois assume inequivocamente que “a componente não letiva [...] pode contemplar a realização de atividades, como apoio educativo individualizado (apenas e só 1 aluno)”, e que no ECD “está previsto que as atividades de coadjuvação e apoio a grupos de alunos (com 2 ou mais alunos) são atividades letivas, devendo ser alocadas na componente letiva do horário do Professor”. Nela, a DGAE clarifica, ainda, que “o incumprimento desta prática viola o ECD, pois consiste na transferência de atividades letivas para a componente não letiva”, incumprimento esse que vinha sendo demasiado frequente, situação que o SPN há anos vem denunciando e, por diversos meios, combateu.

LISBOA
19 OUT
2025

PRACA DO IMPÉRIO,
JUNTO AO MOSTEIRO
DOS JERÓNIMOS

NOVA DATA

7ª CORRIDA NACIONAL DOS PROFESSORES E DA EDUCAÇÃO

A PARTIR DAS 09H00
CORRIDA PRINCIPAL 11H00

regulamento

Consulta o regulamento e inscreve-te em: <https://corridafenprof.sports4all.pt>
Condições especiais para as inscrições feitas até ao dia 12 de outubro (consultar o regulamento).
Escalões dos 7 aos 77 e mais anos | Prémios para todos | Divulgação para os mais novos

CARAVELA
Lisboa

POR SÃO JOÃO DA MADEIRA EM BUSCA DO PATRIMÓNIO INDUSTRIAL

Integrado no seu plano de atividades/2025, o Departamento de Professores Aposentados do Sindicato dos Professores do Norte (SPN/DPA) vai realizar, no dia 6 de novembro, mais uma iniciativa Em busca do património.

Desta vez, o património é industrial e leva todos os interessados a São João da Madeira, nomeadamente ao Museu da Chapelaria, ao Museu do Calçado e à Fábrica Viarco.



fotos dos respetivos sites

Localizados em edifícios industriais recuperados (o da Chapelaria, na Empresa Industrial da Chapelaria o do Calçado, na Torre da Oliva), ambos os museus expõem máquinas, ferramentas, matérias-primas, testemunhos de antigos operários e exemplares dos respetivos produtos. Tornando-se um dos maiores focos da *revolução industrial*, São João da Madeira, a partir de meados do século XIX, sofreu uma profunda mudança económica e social, com a implementação de várias indústrias, como a chapelaria, o calçado, a metalurgia (de que a Fábrica Oliva, produtora das famosas máquinas de costura, é outro exemplo significativo) e a produção de lápis, com a Viarco, ainda em funcionamento. E esta será uma oportunidade para visitar a Fábrica Viarco. A origem do fabrico de lápis em Portugal remonta ao ano de 1907, em Vila do Conde, onde foi fundada a primeira fábrica de lápis (a Portugália), adquirida em 1931, por um industrial de chapelaria, e instalada em São João da Madeira, em 1941, com o nome Viarco.

Ecoss de luta e resistência

Para além do rico património industrial, São João da Madeira é terra de lutas operárias, de que se destaca a Greve do Calçado, em agosto de 1943, a que se juntaram operários de outros setores, numa manifestação que juntou cerca de 4000 trabalhadores. Exigiam aumentos salariais, num ano de fome, miséria e grande repressão. A polícia política prendeu os principais ativistas sindi-

cais, mas os trabalhadores conseguiram que algumas das suas reivindicações fossem atendidas.

Também o escritor e jornalista são-joanense João da Silva Correia, em “Unhas Negras” (1928), retrata as angústias existenciais e sociais dos operários chapeleiros: “era um sujeito magro, de unhas negras, que trazia sempre um ar de abandono físico e moral, como se a vida o houvesse cuspidado para um canto da sociedade”.

A inscrição para este evento deve ser efetuada até 27 outubro e inclui partida de autocarro da Praça Francisco Sá Carneiro (Velasquez), no Porto, às 10 horas, e almoço no restaurante “O Boínas”, sito no Museu da Chapelaria.

Continuar sindicalizado

O SPN/DPA apela a todos os educadores e professores aposentados, ou em vias de se aposentarem, a manter a qualidade de associado, pois essa será uma forma de continuarem ativos e de exercerem a cidadania plena. Ser sindicalizado é ser solidário, saber mais, estar atualizado e defender os direitos dos aposentados, que estão constantemente a ser postos em causa. É passar a descontar meio por cento da pensão líquida, mantendo todos os benefícios sociais do SPN e usufruir da majoração de cem por cento, no IRS. E ter ainda possibilidade de participar em todas as atividades, eventos e convívios promovidos pelo departamento!

MS

GREVE NACIONAL DOS TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA! (24/OUT)



Ponderada e analisada a situação político-sindical, a Fenprof entendeu associar-se à greve da Administração Pública, marcada para o dia 24 de outubro, pela Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública (FCSAP), emitindo pré-aviso de greve próprio.



foto: Egídio Santos (pormenor)

Em causa estão a valorização das carreiras, o aumento dos salários, a defesa dos serviços públicos, a reposição do vínculo público e a revogação do sistema de avaliação de desempenho (SIADAP). A FECSAP apresentou ao governo 73 propostas para melhorar as condições de vida dos trabalhadores da Administração Pública, mas este iniciou as negociações afirmando que quer manter tudo na mesma. Ancorado ao ‘acordo de empobrecimento’, assinado pelas organizações da UGT, o governo não avança nada de novo, no que toca a aumentos salariais para 2026 ou no modelo de avaliação de desempenho — “não mexe uma vírgula no que se encontra em vigor”. A FCSAP não abdica do direito a negociar, no entanto, não assina acordos que deixam os trabalhadores pior e promete combater todas as tentativas de imposição de retrocessos.

O governo PSD/CDS-PP, com o apoio no parlamento da IL e do Chega, coloca em prática o seu programa de destruição dos serviços públicos. E nem esconde a pretensão de favorecer os mais ricos. A “Reforma do Estado”, ensaiada primeiramente na Educação, tem por objetivo a instrumentalização dos serviços públicos, transformando ministérios em “centrais de compras”, ao serviço do lucro privado. Neste processo, o ataque aos trabalhadores é um elemento essencial, fragilizando os vínculos com contratos individuais de trabalho ou destruindo as carreiras. E, neste contexto, o pacote laboral surge como um instrumento fundamental que “pretende eternizar a precariedade, legalizar o despedimento ilícito, agravar os horários, atacar os salários, os direitos de parentalidade, a liberdade sindical e o direito à greve”. Que ninguém duvide: este pacote laboral representará a liquidação de todos os direitos de quem trabalha.

Prioridades da FCSAP e posição do governo

São cinco as prioridades apresentadas e completamente ignoradas por parte do governo, a começar pelo aumento salarial proposto na PRC de 15% (com um mínimo de 150€ para todos os trabalhadores e uma base remuneratória de 1050€), preferindo manter a perda constante do poder de compra dos trabalhadores. Depois, reconhecendo que há “problemas que não são orçamentais”, não assume a devolução do vínculo de nomeação, contrariando a proposta da FCSAP de acabar com a precariedade. O objetivo do governo é outro: “generalizar o contrato individual de trabalho”. À valorização das carreiras, não propõe qualquer valorização efetiva, seja ela geral ou especial. Quanto à “revogação do SIADAP e à eliminação das quotas e progressão com 4 pontos”, o governo recusa, optando por manter o SIADAP como instrumento de injustiça, estagnação e divisão dos trabalhadores. Finalmente, no que respeita à defesa das funções sociais do Estado, nada propõe para reverter o caminho de externalização iniciado.

Só a unidade permite reverter políticas!

Neste cenário, a resposta tem de ser a luta, como a história tem demonstrado — “só a luta permite alterar o rumo das políticas que prejudicam os trabalhadores”. E só a unidade dos trabalhadores permitirá inverter estas medidas! A FCSAP espera, por isso, que, no dia 24 de outubro, os trabalhadores mostrem ao governo a força que têm, aderindo em massa à greve nacional dos trabalhadores da Administração Pública!

RR

PACOTE LABORAL — TRABALHO XXI, RUMO AO SÉCULO XIX

A proposta de alteração da legislação laboral, designada Trabalho XXI, visa promover mudanças significativas no Código do Trabalho, alterando mais de 100 artigos, sem que se vislumbre qualquer medida que possa representar uma melhoria para os trabalhadores. Estas alterações irão afetar todos os trabalhadores dos setores privado e público, incluindo os educadores, os professores e os investigadores.



foto: HB

VÍNCULOS PRECÁRIOS

A proposta do governo aumenta a precariedade através da fragilização dos vínculos laborais:

- Permite o uso e abuso de contratos a termo e da intermitência, deixando os trabalhadores sujeitos a períodos mais longos de incerteza e sem expectativas de estabilidade no emprego.
- Facilita os despedimentos e retira ao trabalhador a capacidade de se defender quando são postos em causa o seu posto de trabalho, o seu salário e a sua sobrevivência, pois deixa de ser obrigatório: apresentação de prova num processo disciplinar para despedimento; ouvir as testemunhas de defesa do trabalhador; considerar o parecer da Comissão de Trabalhadores ou do Sindicato.
- Dificulta ou impede a reintegração do trabalhador em caso de despedimento ilícito.
- Possibilita, sem restrições, a terceirização de serviços (externalização), após despedimento coletivo ou extinção de posto de trabalho, permitindo a substituição de trabalhadores por outros mais baratos e com menos direitos consagrados.

HORÁRIOS DE TRABALHO

As alterações previstas não só levam a uma maior individualização da relação laboral, como dificultam a conciliação com a vida pessoal, pondo em causa, para os trabalhadores e suas famílias, o bem-estar emocional, social e mental:

- A reposição do banco de horas e o alargamento das categorias de trabalhadores que podem ter isenção de horário aumentam a imprevisibilidade e sobrecarga horária, sem compensação adequada.
- O horário flexível ou o trabalho a tempo parcial — que incluem o trabalho noturno e aos fins de semana e feriados — para trabalhadores com responsabilidades familiares têm de sujeitar-se aos interesses empresariais.
- A introdução da possibilidade de usufruir de 2 dias de descanso adicionais por ano — imperiosa necessidade dos trabalhadores —, é feita com perda de salário e não com a reposição do período de férias anual pré-troica.



foto: HB (pormenor)

CONTRATAÇÃO COLETIVA

Nesta proposta, é robustecido o poder decisório da entidade patronal:

- Passa a ser esta a escolher a convenção coletiva a aplicar, debilitando a representatividade sindical, fragilizando a capacidade de negociação dos trabalhadores e enfraquecendo a solidariedade entre estes.
- Na relação entre fontes de regulação, o princípio do tratamento mais favorável deixa de existir e passa a permitir-se que o contrato coletivo possa definir o pagamento do trabalho suplementar e o teletrabalho de forma mais desfavorável ao trabalhador do que a lei atual prevê.
- Simplifica-se o já pernicioso regime de caducidade, que permite que as entidades patronais façam a denúncia das convenções ou usem esta disposição como chantagem para tentar impor piores condições de trabalho, garantindo apenas segurança jurídica ao patronato.

TODOS SEREMOS AFETADOS!

A insidiosa campanha que, de há longa data, procura criar a perceção de que os trabalhadores da Administração Pública são demasiados, preguiçosos, absentistas e privilegiados preparou o terreno para depauperar ainda mais os seus direitos laborais — são cada vez mais as normas legais que se “estendem” à legislação do Trabalho em Funções Públicas — e, agora, justificar também o desmantelamento de organismos que asseguram, no âmbito das funções sociais do Estado, serviços como a Escola Pública, o Serviço Nacional de Saúde ou a Segurança Social.

Não nos iludamos, é sintomático o aplauso dos patrões: nenhum se opõe, dizendo até que muitas das medidas anunciadas corrigem o mal que tinha sido introduzido

RETRIBUIÇÕES

Mantém-se o modelo de baixos salários, que todas as alterações referidas acabam por agravar. Acresce, ainda, a possibilidade de pagamento do subsídio de férias e do Natal em duodécimos: os montantes historicamente recebidos em momentos específicos — com o objetivo de permitir ao trabalhador um tempo anual de recuperação e repouso de qualidade, bem como de fazer face a despesas acrescidas para usufruir de uma época festiva com a família — são diluídos nas retribuições mensais, com o objetivo de aparentar um aumento do salário (sem que este aconteça) e criar uma prática que acabe por levar ao abandono destes pagamentos logo que tenham saído da memória coletiva. A este propósito, vale a pena lembrar as alterações nas retenções de IRS, que se traduzem numa redução de impostos apenas para os mais ricos, enquanto, para os que menos têm, se mascara, em período pré-eleitoral, de uma diminuição da retenção na fonte que, afinal, será paga à frente.

LIBERDADE SINDICAL

As alterações propostas pretendem limitar ou impedir a ação sindical e restringir o direito à greve, ferramentas fundamentais para dar voz e relevância negocial aos trabalhadores:

- Nas empresas sem trabalhadores sindicalizados, apenas serão permitidas reuniões sindicais fora do horário de trabalho (e “desde que o âmbito subjetivo, objetivo e geográfico da associação sindical abranja os trabalhadores da empresa”) e o direito de afixação de informação sindical fica sujeito a autorização do patrão.
- No direito à greve, o exorbitar dos serviços mínimos a muitos setores de atividade, através de um alargamento do conceito de “necessidades sociais impreteríveis”, visa diminuir a sua dimensão e o seu impacto, retirando aos trabalhadores o acesso ao seu último patamar de luta — aquele que lhes permite mostrar que sem eles nada funciona e tudo para.

com a Agenda do Trabalho Digno (que, diga-se, nem sequer revogou as normas mais gravosas da legislação laboral que, desde a década de 80 do século passado, têm vindo a desregular e a reduzir o direito e o valor do trabalho). Leia-se, então, que este “mal” a que se referem são os direitos e garantias dos trabalhadores quanto a vínculos laborais estáveis, horários regulados, retribuições justas, proteção na doença, na parentalidade e na velhice, direitos sindicais...

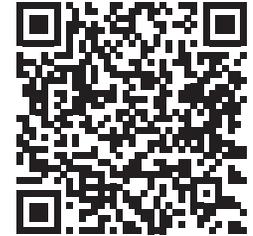
Afinal, o que o governo pretende é vender um moderníssimo Trabalho [no século] XXI, com o regresso às condições de trabalho do século XIX.

CF-SPN/2025

PLANO DE FORMAÇÃO



FORMAÇÃO CONTÍNUA GRATUITA ÚLTIMO TRIMESTRE



1

1. STORYTELLING DIGITAL: CRIAR NARRATIVAS EDUCATIVAS COM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Formadora: Liliana Santos

Dias/horas: 15/10, das 17h30 às 21h30, 22/10, das 17h30 às 21h, 25/10, das 15h às 18h, 29/10, das 17h30 às 21h, e 5/11, das 17h30 às 21h30

Modalidade: À distância

N.º horas acreditadas: 25 horas

Destinatários: Educadores de Infância, Professores do Ensino Básico e Secundário e de Educação Especial

Dimensão Científico-Pedagógica: Não releva.

2

2. ESCRITA CRIATIVA: UMA FERRAMENTA PARA DIFERENTES DISCIPLINAS

Formador: José António Batista

Dias/horas: 8/10, 15/10, 22/10, 29/10, 05/11, 12/11 e 19/11, das 18h30 às 21h30, e 3/12, das 18h30 às 22h30

Modalidade: À distância

N.º horas acreditadas: 25 horas

Destinatários: Professores do Ensino Básico e Secundário e Professores de Educação Especial

Dimensão Científico-Pedagógica: Não releva.

3

3. MEMÓRIAS DE ABRIL: UM PERCURSO ATRAVÉS DA LITERATURA INFANTOJUVENIL PORTUGUESA

Formadora: Maria Helena Magalhães

Dias/horas: 6/10, 13/10, 20/10, 27/10 e 3/11, das 18h às 21h, e 4/12, das 17h30 às 21h30 + horas assíncronas

Modalidade: À distância

Número de horas acreditadas: 25 horas

Destinatários: Professores dos Grupos 100, 110, 200, 210 e 220

Dimensão Científico-Pedagógica: Releva para Professores dos Grupos 100, 110, 200, 210 e 220.

4

4. A ARQUITETURA DAS FRASES COMPLEXAS: ORAÇÕES E FUNÇÕES SINTÁTICAS

Formadora: Lúcia Vaz Pedro

Dias/horas: 22/11, das 9h às 13h e das 14h às 18h e 29/11 e 6/12, 9h às 13h e das 14h às 18h30, e 6/12, das 9h às 13h e das 14h às 17h

Modalidade: À distância

Número de horas acreditadas: 25 horas

Destinatários: Professores dos grupos 200, 210, 220, 300 e 320

Dimensão Científico-Pedagógica: Releva para Professores dos grupos 200, 210, 220, 300 e 320.

5

5. AVALIAÇÃO E APRENDIZAGENS: DOS NORMATIVOS ÀS PRÁTICAS

Formadora: Sandra Cardoso

Dias/horas: 4/11, 11/11, 18/11 e 25/11, das 17h30 às 20h30

Modalidade: À distância

N.º horas acreditadas: 12 horas

Destinatários: Professores dos Ensinos Básico e Secundário

Dimensão Científico-Pedagógica: Não releva.

6

6. APRENDER PARA INCLUIR – INICIAÇÃO À LÍNGUA GESTUAL PORTUGUESA

Formadora: Maria João Meireles

Dias/horas: 4/10, 11/10, 25/10, 08/11 e 22/11, das 9h às 13h, e 29/11, das 9h às 12h00 e das 14h às 16h

Modalidade: Presencial – Delegação do SPN de Chaves

N.º horas acreditadas: 25 horas

Destinatários: Educadores de Infância, Professores do Ensino Básico e Secundário e Professores de Educação Especial

Dimensão Científico-Pedagógica: Não releva no âmbito dos Despachos 779/2019 e 2053/2021

7

7. ENSINAR, APRENDER E AVALIAR EM UM CONTEXTO DE AUTONOMIA E FLEXIBILIDADE CURRICULAR: Tarefas, Recursos, Estratégias e Métodos para Promover Estratégias Ativas

Formadora: Louise Lima

Dias/horas: 10/10, 10/10, 17/10, 24/10, 07/11 e 14/11, das 18h às 21h + horas assíncronas

Modalidade: À distância

Número de horas acreditadas: 25 horas

Destinatários: Educadores de Infância e Professores do Ensino Básico e Secundário

Dimensão Científico-Pedagógica: Releva no âmbito dos Despachos 779/2019 e 2053/2021.

8

8. VALORES, COMPETÊNCIAS E PRINCÍPIOS PRESENTES NO PERFIL DO ALUNO NO SÉCULO XXI

Formador: António Martins da Costa

Dias/horas: 7/10, 9/10, 14/10, 21/10, 23/10, 28/10 e 30/10, das 18h às 21h, e 4/11, das 18h às 22h

Modalidade: À distância

Número de horas acreditadas: 25 horas

Destinatários: Educadores de Infância e Professores do Ensino Básico e Secundário

Dimensão Científico-Pedagógica: Não releva.

9

9. EDUCAÇÃO (PARA) PELA DIVERSIDADE CULTURAL – DANÇAS DO MUNDO

Formadora: Mafalda Rego

Dias/horas: 8/11, 22/11 e 29/11, das 9h30 às 12h30 e das 13h30 às 16h30, e 6/12, das 9h30 às 12h30 e das 13h30 às 17h30

Modalidade: Presencial - Delegação do SPN de Braga

Número de horas acreditadas: 25 horas

Destinatários: Professores dos Grupos 100 e 110

Dimensão Científico-Pedagógica: Releva para Professores dos Grupos 100 e 110.

10

10. APRENDER ESTATÍSTICA E PROBABILIDADES COM GEOGEBRA

Formador: Pedro Simões

Dias/horas: 6/10 e 13/10, das 18h30 às 20h30, 20/10 e 27/10, das 18h30 às 21h, e 3/11 e 10/11, das 18h às 20h + horas assíncronas

Modalidade: À distância

Número de horas acreditadas: 25 horas

Destinatários: Professores dos Grupos 230 e 500

Dimensão Científico-Pedagógica: Releva para Professores dos Grupos 230 e 500.

11

11. COMUNIDADES DE PRÁTICA – CRIAÇÃO, DINAMIZAÇÃO E GESTÃO

Formadora: Elvira Rodrigues

Dias/horas: 8/11, 22/11 e 29/11, das 8h30 às 13h30 + horas de trabalho autónomo

Modalidade: Oficina de Formação / À distância

Número de horas acreditadas: 30 horas (15 síncronas + 15 de trabalho autónomo)

Destinatários: Educadores de Infância e Professores do Ensino Básico e Secundário

Dimensão Científico-Pedagógica: Não releva.

12

12. ABORDAGEM CRIATIVA AO PROGRAMA DE EXPRESSÃO PLÁSTICA NOS PRIMEIROS ANOS DE FREQUÊNCIA NO SISTEMA EDUCATIVO

Formadora: Maria João Serpa

Dias/horas: 11/10 e 25/10, das 10h às 13h e das 14h30 às 17h30, e 8/11 e 29/11, das 10h às 13h e das 14h30 às 18h

Modalidade: Presencial – Delegação do SPN de Viana do Castelo

Número de horas acreditadas: 25 horas

Destinatários: Professores dos Grupos 110 e 240

Dimensão Científico-Pedagógica: Releva para Professores dos Grupos 110 e 240.

13

13. AÇÃO X REAÇÃO: TÉCNICAS DE IMPROVISAÇÃO

Formador: William Gavião

Dias/horas: 8/11 e 22/11, das 10h às 13h e das 14h30 às 19h30, e 29/11, das 10h às 13h e das 14h às 20h

Modalidade: Oficina de Formação / Presencial – Delegação do SPN de Vila Real

Número de horas acreditadas: 50 horas (25 presenciais + 25 trabalho autónomo)

Destinatários: Professores dos Grupos 100 e 110

Dimensão Científico-Pedagógica: Releva para Professores dos Grupos 100 e 110.

14

14. A IMPLEMENTAÇÃO DE PERCURSOS PERMANENTES DE ORIENTAÇÃO COM RECURSO ÀS FERRAMENTAS DIGITAIS

Formadora: Filipe Marques

Dias/horas: 2/10, 6/10, 9/10, 13/10 e 20/10, das 18h30 às 21h30, 25/10, das 9h00 às 13h00 e das 14h00 às 17h30, e 27/10, das 18h30 às 21h30

Modalidade: Oficina de Formação / Presencial – Delegação do SPN do Porto.

Número de horas acreditadas: 50 horas (25 presenciais + 25 trabalho autónomo)

Destinatários: Professores dos Grupos 260, 420 e 620

Dimensão Científico-Pedagógica: Releva para Professores dos Grupos 260, 420 e 620.

Exclusivo para sócios do SPN

Ações acreditadas pelo Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua

Inscrições online em www.spn.pt



foto: Paco Torrente / Lusa

Teodolinda Gersão vence prémio Literário

Teolinda Gersão, com a obra «Autobiografia não escrita de Martha Freud» (2024), foi escolhida por unanimidade como a vencedora do Prémio de Novela e Romance Urbano Tavares Rodrigues/2025. Segundo o júri, esta é uma “obra em que uma rigorosa investigação documental e a criação literária se conjugam de forma exímia num processo de escrita estimulante”.



Júlia Lopes

foto: HB

Aposentou-se recentemente Júlia Lopes, telefonista e rececionista do Sindicato dos Professores do Norte (SPN), desde 2004.

Durante vinte e um anos, foi a voz e o rosto do SPN para os sócios que telefonavam ou recorriam presencialmente ao atendimento na Sede. Os membros da direção foram mudando, os dirigentes que os associados encontravam nem sempre eram os mesmos, mas a Júlia era uma constante. Com o seu trabalho, atenção e cuidado, valorizou o Sindicato e ajudou a preparar caminho para quem veio depois. Por tudo isto, continua a ser parte de nós.

SD

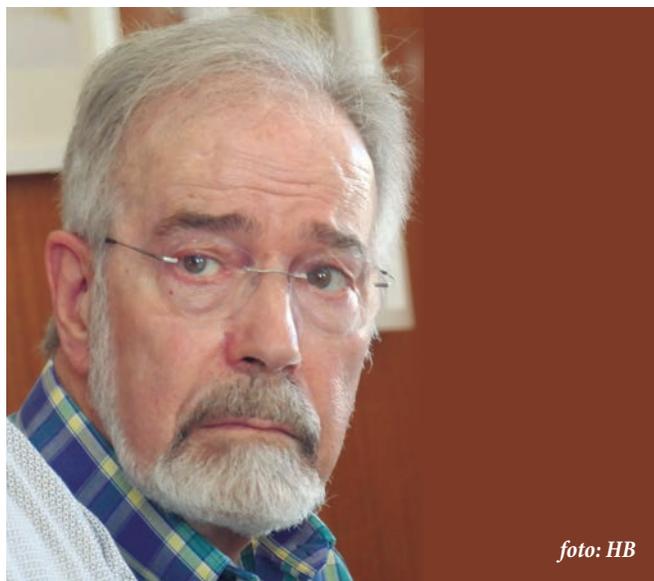


foto: HB

UM DOS NOSSOS

José Luís Borges Coelho (1940–2025)

O maestro Borges Coelho abraçou como suas as lutas de muitos, assumindo com civismo e compromisso várias dimensões da cidadania, entre as quais a participação no movimento associativo, no poder local democrático, no movimento sindical unitário e, ainda, no campo partidário.

Esta perda foi, assim, sentida por muitos como sua. Entre eles, nós, porque, efetiva e objetivamente, foi um dos nossos: Borges Coelho também foi professor. Lecionou disciplinas da área da Música em vários estabelecimentos de ensino especializado da Música e do Teatro e foi professor de outras disciplinas em escolas preparatórias e secundárias, tendo exercido cargos de gestão em algumas dessas instituições. Integrou o primeiro Núcleo de Inspeção da Zona Norte do Ensino Secundário e o Gabinete do Ensino Técnico, Artístico e Profissional (GETAP) do Ministério da Educação, sendo responsável pela fundação de escolas profissionais de Música.

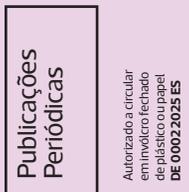
Coerentemente, não se demitiu da dimensão coletiva do exercício da sua profissão, sindicalizando-se e intervindo ativamente. Ainda durante a ditadura, partilhou connosco o caminho de resistência e militância que conduziu ao sindicalismo docente, dentro do Grupo de Estudos do Pessoal Docente, depois convertido no originário Sindicato dos Professores da Zona Norte, e posteriormente, no Sindicato dos Professores do Norte, tendo sido membro fundador e dirigente de ambos.

Em agosto, despedíamo-nos deste nosso colega e camarada, mas os nossos continuam ao nosso lado!

SD



Taxa Paga
Portugal
Contrato 119214



Autorizado a circular
em invólucro fechado
de plástico ou papel
DE 00022025 ES

Sindicato dos Professores do Norte
Rua D. Manuel II, 51 C, 3.º andar
4050-345 Porto

Publicação trimestral
outubro, novembro e dezembro/2025
Ano XLII — III série — n.º 89
Distribuição gratuita aos sócios

sin Informação
Diretora — Manuela Mendonça

índice

2 — **a abrir**

Em defesa da flotilha, dos valores constitucionais e de Gaza

3 — **editorial**

O tempo não está para brincadeiras!

4 — **em foco**

Jornadas Sindicais/2025

7 — **abertura de ano letivo**

Não se curam fraturas expostas com pensos rápidos

8 — **das escolas**

Camilo. O Porto. Um Amor de Perdição (EA Soares dos Reis)

10 — **da formação**

Ciclo de Debates SPN 2025/2026

12 — **em destaque**

Pelo reconhecimento da relação professor-aluno a património da humanidade
Para os anais da história da relação professor-aluno a património da humanidade
Dia Mundial do Professor — Unidos pela profissão. Unidos pelo futuro
Manifestação do Dia Mundial do Professor
A aura, os professores e a carta aberta ao ministro!

19 — **na mira**

A reestruturação do MECI

20 — **direito aos direitos**

A Injustiça do horário de trabalho dos docentes progenitores de filhos portadores de deficiência

21 — **ação sindical**

EPC — Nem um direito a menos!
EPE/1.º CEB — É urgente valorizar os educadores e os professores
ESI — Educação como forma de estratificação social
Registos da ação reivindicativa
SPN/DPA — Por São João da Madeira, em busca do património cultural

27 — **convergência sindical**

Greve Nacional dos Trabalhadores da Administração Pública
Pacote laboral — *Trabalho XXI*, rumo ao século XIX

30 — **da formação**

Plano de formação para o último trimestre de 2025

31 — **do sindicato**

Teodolinda Gersão vence prémio literário
Agradecimento a Júlia Lopes
Um dos nossos (José Luís Borges Coelho, 1940-2025)